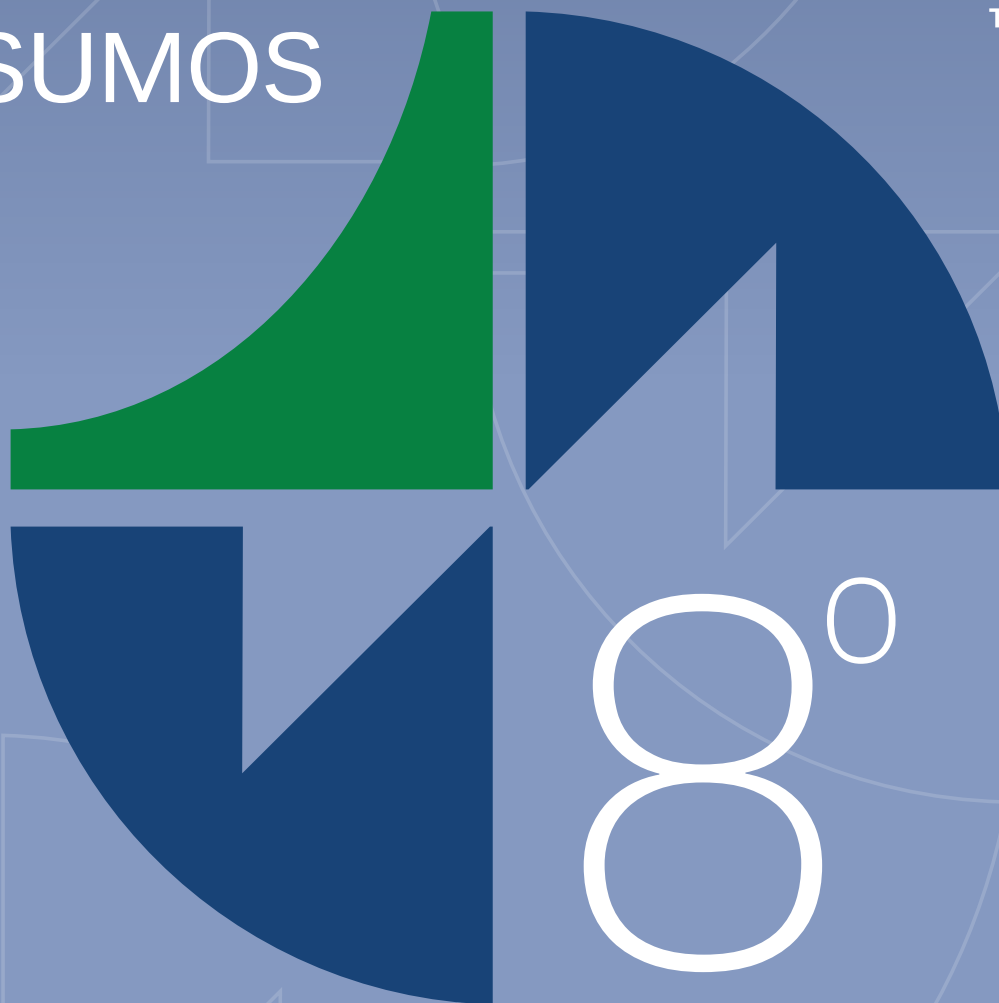




TECHNOPOLITIK

RESUMOS



CCGUnB

Congresso UnB de Contabilidade e Governança

**CONTABILIDADE E GERAÇÃO DE  
VALOR PARA OS STAKEHOLDERS**



Apoio



Patrocínio



Realização



UnB



5<sup>o</sup> Congresso UnB de Iniciação Científica

16 a 18 de novembro de 2022

**CONTABILIDADE E GERAÇÃO DE  
VALOR PARA OS STAKEHOLDERS**

**ANAIS DE RESUMOS**

**Danielle Montenegro Salamone Nunes (org.)**

**César Augusto Tibúrcio Silva (org.)**

**Mayla Cristina Costa Maroni Saraiva (org.)**

Brasília  
2022



TECHNOPOLITIK

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília  
Heloiza Faustino dos Santos - CRB1/1913

A532 Anais de resumos [do] 8º Congresso Internacional UnB de Contabilidade e Governança & 5º Congresso UnB de Iniciação Científica [recurso eletrônico] : 16 a 18 de novembro de 2022 : contabilidade e geração de valor para os stakeholders / Danielle Montenegro Salamone Nunes, César Augusto Tibúrcio Silva, Mayla Cristina Costa Maroni Saraiva (org.). – Brasília: Universidade de Brasília, 2022.  
102p.

ISBN: 978-65-86192-09-4

Modo de acesso: World Wide Web.

1.Contabilidade - Congressos. 2. Finanças - Congressos. 3. Governança - Congressos. I. Nunes, Danielle Montenegro Salamone (org.). II. Silva, César Augusto Tibúrcio (org.). III. Saraiva, Mayla Cristina Costa Maroni (org.). IV. Congresso Internacional UnB de Contabilidade e Governança (8. : 2022 : Brasília). V. Congresso UnB de Iniciação Científica (5. : 2022 : Brasília).

CDU657

# MENSAGEM DE BOAS-VINDAS

Sejam bem-vindos ao oitavo Congresso Internacional UnB de Contabilidade e Governança, organizado pelo Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA) da Universidade de Brasília. Após dois anos realizando o congresso de maneira virtual, é com alegria que estamos recebendo os congressistas novamente para um evento presencial. A redução do número de casos da pandemia do Covid-19 felizmente possibilitou a volta deste formato.

Um congresso presencial traz grandes vantagens na troca de ideias, no conhecimento de novos pesquisadores e na criação de uma rede de pesquisa que vai além da nossa instituição. É o momento de conhecermos mais os nossos colegas, suas angústias, seus sonhos e, quem sabe, compartilhar, no futuro, projetos conjuntos. É também o momento de receber sugestões, agregar conhecimentos e aumentar nossos amigos. Certamente tudo isto ocorre de forma mais intensa nas salas de apresentações ou nos momentos do cafezinho.

Este congresso está sendo realizado a partir do apoio de um grande número de pessoas e entidades. Esta edição está sendo realizada em parceria com o SEBRAE-DF e conta com o apoio institucional do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis (PPGCont), do Conselho Federal de Contabilidade e da Finatec. Também contamos com o suporte de Instituições Parceiras como a Cateno e a Caixa Residencial, por meio de patrocínios. É sempre bom lembrar o suporte de um grande número de pessoas, que dedicaram um volume expressivo do seu tempo, para permitir que o sonho de manter um ambiente rico e profícuo de debate na nossa área fosse possível. Isto inclui a equipe organizadora, listada nos anais, assim como pareceristas, mediadores e autores.

Neste ano temos como tema “Contabilidade e Geração de Valor para os Stakeholders”. Neste sentido, agradecemos os palestrantes, que aceitaram abrilhantar o nosso encontro, trazendo assuntos relevantes para o debate. Também registramos aqui as pessoas que tiveram a ideia e implementaram os congressos anteriores.

Desejamos a todos um ótimo Congresso.

**Profª. Drª. Danielle Montenegro Salamone Nunes**

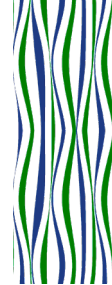
Diretora Geral

**Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva**

**Profª. Drª. Mayla Cristina Costa Maroni Saraiva**

Diretoria Técnico-Científico

# COMITÊ ORGANIZADOR



## Diretor de Honra

### **Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva**

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis  
Universidade de Brasília

Possui doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo. Mestre em Administração pela Universidade de Brasília. Possui graduação em Administração pela Universidade de Brasília e em Contabilidade pela Unieuro.

## Direção Geral

### **Profª. Drª. Danielle Montenegro Salamone Nunes**

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis  
Universidade de Brasília

Possui doutorado em Administração pela Universidade de Brasília. Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFPB/UFRN. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília.

## Direção Executiva

### **Prof. Dr. Sérgio Ricardo Miranda Nazaré**

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais  
Universidade de Brasília

Possui Doutorado em Ciências Contábeis, Mestrado em Administração e Graduação em Ciências Econômicas, todos pela Universidade de Brasília.

## Direção Técnico-Científica

### **Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva**

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis  
Universidade de Brasília

Possui doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo. Mestre em Administração pela Universidade de Brasília. Possui graduação em Administração pela Universidade de Brasília e em Contabilidade pela Unieuro.

### **Profª. Drª. Mayla Cristina Costa Maroni Saraiva**

Programa de Pós-Graduação em Administração  
Universidade de Brasília

Possui doutorado em Administração pela Universidade Positivo, período sanduíche na Universidade de Alberta, Canadá. Mestre em Contabilidade pela Universidade de São Paulo e Economista pela Universidade Federal de Viçosa.

## **Direção Financeira**

### **Profª. Drª. Francisca Aparecida de Souza**

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais  
Universidade de Brasília

Possui doutorado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília. Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFPB/UFRN. Especialista em Controladoria pela Universidade de Brasília. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Brasília.

## **Direção de Relações Institucionais**

### **Profª. Drª. Diana Vaz de Lima**

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais  
Mestrado Profissional em Administração Pública (MPA/PPGA/UnB)  
Universidade de Brasília

É contadora (AEUDF), mestre em Administração (PPGA/UnB), doutora em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN), com pós-doutorado concluído em Contabilidade e Controladoria pela FEARP/USP. É membro titular da Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF) representando a Confederação Nacional de Municípios (CNM). Ocupa a cadeira de nº 34 da Academia Brasileira de Ciências Contábeis.

## **Direção de Marketing e Comunicação**

Servidor **Heverton Barbosa de Oliveira**  
Aluna **Alessandra Cardoso Kitabayashi**

## **Direção do Consórcio Doutoral**

### **Prof. Dr. Jomar Miranda Rodrigues**

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis  
Universidade de Brasília

Mestre e doutor em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (2007 e 2012). Graduado em Ciências Contábeis pela União Pioneira de Integração Social (2001).

## **Direção Operacional**

### **Prof. Msc. Wagner Rodrigues dos Santos**

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais  
Universidade de Brasília

Possui mestrado em Administração pela Universidade de Brasília. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília.

## **Diretor Administrativo**

**Eugênio Pacelli de Oliveira**

# COMITÊ CIENTÍFICO

## **Auditoria e Perícia**

**Profª. Drª. Elionor Farah Jreige Weffort**

FECAP- Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado

## **Contabilidade e Educação**

**Profª. Drª. Mariana Pereira Bonfim**

UFF – Universidade Federal Fluminense

## **Contabilidade Financeira**

**Profª. Drª. Bianca Quirantes Checon**

FGV – Fundação Getúlio Vargas

## **Contabilidade e Finanças**

**Prof. Dr. Silvio Hiroshi Nakao**

USP-RP - Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto

## **Contabilidade e Governança**

**Prof. Dr. Aldo Leonardo Cunha Callado**

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

## **Contabilidade Gerencial e Sistemas de Informações**

**Prof. Dr. Andson Braga de Aguiar**

USP – Universidade de São Paulo

## **Contabilidade e Setor Público**

**Profª. Drª. Lidiane Nazaré da Silva Dias**

UFPA – Universidade Federal do Pará

## **Contabilidade e Sociedade**

**Prof. Dr. Henrique Portulhak**

UFPR– Universidade Federal do Paraná

## **Consórcio Doutoral**

**Prof. Dr. Jomar Miranda Rodrigues**

UnB – Universidade de Brasília

# SUMÁRIO

<b>AVALIADORES</b> .....	8
<b>ESTATÍSTICAS DO 8º CCGUnB</b> .....	12
<b>PROGRAMAÇÃO CONSÓRCIO DOUTORAL</b> .....	18
<b>PROGRAMAÇÃO – APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS</b> .....	21
<b>RESUMOS</b> .....	25
AT 1 – AUDITORIA E PERÍCIA.....	26
AT 2 – CONTABILIDADE E EDUCAÇÃO.....	33
AT 3 – CONTABILIDADE FINANCEIRA.....	39
AT 4 – CONTABILIDADE E FINANÇAS.....	51
AT 5 – CONTABILIDADE E GOVERNANÇA.....	59
AT 6 – CONTABILIDADE GERENCIAL E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES.....	64
AT 7 – CONTABILIDADE E SETOR PÚBLICO.....	70
AT 8 – CONTABILIDADE E SOCIEDADE.....	87

# AVALIADORES

**Abimael de Jesus Barros Costa, Dr.**

Universidade de Brasília

**Adilson de Lima Tavares, Dr.**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Ahmed Smaerr El Khatib, Dr.**

Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado

**Alann Inaldo Silva de Sá Bartoluzzio, Msc.**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Aldo Leonardo Cunha Callado, Dr.**

Universidade Federal da Paraíba

**Aleff dos Santos Santana, Msc.**

Universidade Federal do Pará

**Alex Laquis Resende, Dr.**

Universidade de Brasília

**Aline Moura Costa da Silva, Dra.**

Universidade Federal Fluminense

**Aluska Ramos de Lira, Msc.**

Universidade Federal da Paraíba

**André Feliciano Lino, Dr.**

Universidade Federal do Pará

**André Carlos Busanelli de Aquino, Dr.**

Universidade de São Paulo

**Andrea de Oliveira Gonçalves, Dra.**

Universidade de Brasília

**Antonieta Elisabete Magalhaes Oliveira, Dra.**

Fundação Getúlio Vargas

**Antônio André Cunha Callado, Dr.**

Universidade Federal Rural de Pernambuco

**Antônio Nadson Mascarenhas Souza, Msc.**

Universidade Estadual de Ponta Grossa

**Antonio Saporito, Dr.**

Universidade Federal de São Paulo

**Bianca Quirantes Checon, Dra.**

Fundação Getúlio Vargas

**Camila Araújo Machado, Dra.**

Universidade Federal de Goiás

**Carla Macedo Velloso dos Santos, Dra.**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Celso da Rosa Filho, Dr.**

Universidade Federal do Paraná

**Charline Barbosa Pires, Dra.**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

**Claudio de Souza Miranda, Dr.**

Universidade de São Paulo

**Claudia Ferreira da Cruz, Dra.**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Claudio Marcelo Edwards Barros, Dr.**

Universidade Federal do Paraná

**Clesia Camila Pereira, Dra.**

Universidade de Brasília

**Cleyde Cristina Rodrigues, Msc.**

Universidade Federal de Viçosa

**Cristiano Machado Costa, Dr.**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

**Daniel Magalhães Mucci, Dr.**

Universidade de São Paulo

**Danielle Montenegro Salamone Nunes, Dra.**

Universidade de Brasília

**Deyvison de Lima Oliveira, Dr.**

Universidade Federal de Rondônia

**Diana Vaz De Lima, Dr.**

Universidade de Brasília

**Diego dos Santos Reimol, Msc.**

Universidade Estácio de Sá

**Diego Rodrigues Boente, Dr.**

Secretaria do Tesouro Nacional

**Dimas Barrêto de Queiroz, Dr.**

Universidade Federal da Paraíba

**Douglas Dias Bastos, Dr.**

Universidade Presbiteriana Mackenzie

**Edicreia Andrade dos Santos, Dra.**

Universidade Federal do Paraná

**Edgard Augusto de Oliveira, Msc.**

Universidade de São Paulo

**Editinete André da Rocha Garcia, Dra.**

Universidade Federal do Ceará

**Edmilson Soares Campos, Dr.**

Universidade de Brasília

**Eduardo Bona Safe de Matos, Dr.**

Universidade de Brasília

**Eliedna de Sousa Barbosa, Dra.**

Universidade Estadual da Paraíba

**Elionor Farah Jreige Weffort, Dra.**

Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado

**Elise Soerger Zaro, Dra.**

Universidade Federal da Grande Dourados

**Emanoel Marcos Lima, Dr.**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

**Fabrcio Ramos Neves, Dr.**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

**Fátima de Souza Freire, Dra**

Universidade de Brasília

**Fernando Deodato Domingos, Dr.**

Pós-doutorado Universidade de Oxford

**Fernando Galdi, Dr.**

FUCAPE

**Filipy Furtado Sell, Dr.**

Universidade Federal do Pará

**Flávio Ribeiro Dr.**

Universidade Estadual do Centro-Oeste

**Francisca Aparecida de Souza, Dra.**

Universidade de Brasília

**Gabriel Moreira Campos, Dr.**

Universidade Federal do Espírito Santo

**Gabriel Moreira Campos, Dr.**

Universidade Federal do Espírito Santo

**Gabriela de Abreu Passos, Msc.**

Universidade Federal do Paraná

**Gislaine Aparecida Santana Sedyama, Msc.**

Universidade Federal de Viçosa

**Hugo Leonardo Menezes de Carvalho, Dr.**

Tribunal de Contas da União

**Iracema Neves Aragão, Dra.**

Universidade Estadual de Feira de Santana

**Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, Dra.**

Universidade Federal de Minas Gerais

**Jeice Catrine Cordeiro Moreira, Dra.**

Universidade Federal de São Paulo

**Jislene Trindade Medeiros Msc.**

Universidade Federal do Ceará

**Joanilia Neide de Sales Cia, Dra.**

Universidade de São Paulo

**João Paulo Augusto Eça**

Universidade de São Paulo

**João Paulo Rezende de Lima, Msc.**

Universidade de São Paulo

**Jomar Miranda Rodrigues, Dr.**

Universidade de Brasília

**José Antonio de França, Dr.**

Universidade de Brasília

**José Lúcio Tozetti Fernandes, Dr.**

Universidade de Brasília

**José Marcos da Silva, Dr.**

Universidade Federal de Uberlândia

**José Mauro Madeiros Velôso Soares, Msc.**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Joshua Onome Imoniana, Dr.**

Universidade de São Paulo

**Karla Roberta Castro Pinheiro Alves, Dra.**

Universidade Estadual da Paraíba

**Kleber Domingos de Araújo, Dr.**

Universidade Federal de Goiás

**Lara Cristina Francisco de Almeida Fehr, Dra.**

Universidade de São Paulo

**Leandro Marcondes Carneiro, Dr.**

Universidade do Estado do Amazonas

**Lidiane Nazaré da Silva Dias, Dra.**

Universidade de São Paulo

**Lívia Martinez Brumatti, Dra.**

Universidade de São Paulo

**Lucas Allan Diniz Schwarz, Msc.**

Universidade de São Paulo

**Ludmila de Melo Souza, Dra.**

Universidade de Brasília

**Luiz Carlos Marques dos Anjos**

Universidade Federal de Pernambuco

**Maiara Sasso, Msc.**

Universidade de São Paulo

**Maísa de Souza Ribeiro, Dra.**

Universidade de São Paulo

**Mamadou Dieng, Dr.**

Universidade Estadual da Paraíba

**Marcelo Álvaro da Silva Macedo, Dr.**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Marcelo Driemeyer Wilbert, Dr.**

Universidade de Brasília

**Márcia Athayde Moreira, Dra.**

Universidade Federal do Pará

**Marcielle Anzilago**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

**Márcio Marcelo Belli, Dr.**

Universidade Estadual de Campinas

**Marco Aurélio dos Santos, Dr.**

Fundação Getúlio Vargas, São Paulo

**Marcus Vinicius de Azevedo Braga, Dr.**

Auditor Federal de Finanças e Controle do quadro da CGU

**Maria Daniella de Oliveira Pereira da Silva, Dra.**

Universidade Federal da Paraíba

**Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade, Dra.**

Universidade Federal de Uberlândia

**Mariana Pereira Bonfim, Dra.**

Universidade Federal Fluminense

**Mariana Guerra, Dra.**

Universidade de Brasília

**Mayara Bezerra Barbosa, Msc.**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Mayla Cristina Costa Maroni Saraiva, Dra.**

Universidade de Brasília

**Michelle Aparecida Vieira, Msc.**

Universidade Federal de Viçosa

**Monica Cristina Sobreira Silva, Esp.**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**Olavo Venturim Calda, Dr.**

Auditor Federal na Controladoria-Geral da União (CGU) e Professor na FUCAPE Business School

**Orleans Silva Martins, Dr.**

Universidade Federal da Paraíba

**Pablo Eduardo Nikolais Bonifácio da Silva, Msc.**

Universidade Federal do Paraná

**Paulo Vitor Souza de Souza, Dr.**

Universidade Federal do Pará

**Polyana Batista Silva, Msc.**

Universidade de São Paulo

**Rafael Borges Ribeiro, Dr.**

Universidade Federal de Uberlândia

**Rafael Lima dos Santos, Msc.**

Fucape Business School

**Rafael Martins Noriller, Dr.**

Universidade Federal da Grande Dourados

**Rafael Sousa Lima, Dr.**

Perito Criminal Federal na Polícia Federal

**Rayane Farias dos Santos, Msc.**

Universidade de Brasília

**Redvânia Vieira Xavier, Dra.**

Universidade Federal do Amazonas

**Reiner Alves Botinha, Dr.**

Universidade Federal de Uberlândia

**Renata Orsato, Msc.**

Universidade Federal do Paraná

**Ricardo Adriano Antonielli, Dr.**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

**Ricardo Rocha de Azevedo, Dr.**

Universidade Federal de Uberlândia

**Ricardo Suave, Dr.**

Universidade Estadual do Centro-Oeste

**Roberto Carlos Klann, Dr.**

Universidade Regional de Blumenau

**Rommel de Santana Freire, Dr.**

Universidade Federal da Paraíba

**Rossana Guerra de Sousa, Dra.**

Universidade Federal da Paraíba

**Samantha Valentim Telles, Dra.**

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras

**Sandra Maria Cerqueira da Silva, Dra.**

Universidade Estadual de Feira de Santana

**Sayuri Unoki de Azevedo, Dra.**

Universidade Federal do Paraná

**Sérgio Ricardo Miranda Nazaré, Dr.**

Universidade de Brasília

**Simone Letícia Raimundini Sanches, Dra.**

Universidade Estadual de Maringá

**Susana Cipriano Dias Rafaelli, Dra.**  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

**Tany Ingrid Sagredo Marin, Msc.**  
Universidade Federal Rural da Amazônia

**Thiago Vitor Ferreira Soares, Msc.**  
Universidade Estadual de Alagoas

**Vagner Antônio Marques, Dr.**  
Universidade Federal do Espírito Santo

**Vagner Alves Arantes, Dr.**  
Universidade Federal do Paraná

**Valcemiro Nossa, Dr.**  
Fucape Business School

**Valdemir Galvão de Carvalho, Dr.**  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Verônica de Fátima Santana, Dra.**  
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado

**Vicente Pacheco, Dr.**  
Universidade Federal do Paraná

**Victor Daniel-Vasconcelos, Msc.**  
Universidade de São Paulo

**Vinicius Magnani, Msc.**  
Universidade de São Paulo

**Vitor Hideo Nasu, Msc.**  
Universidade de São Paulo

**Vitor Hugo Klein Jr., Dr.**  
Universidade do Estado de Santa Catarina

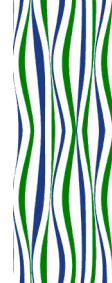
**Wenner Glaucio Lopes Lucena, Dr.**  
Universidade Federal da Paraíba

**Yuri Bastos Almeida, Msc.**  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

**Yuri Gomes Paiva Azevedo, Msc.**  
Universidade de São Paulo

**Zaina Said El Hajj, Dra.**  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

# ESTATÍSTICAS DO 8º CCGUnB



Sobre os trabalhos	Quantidade (*)	Percentual (%)
Trabalhos selecionados para apresentação e discussão	74	60,16
Trabalhos não selecionados	49	39,84
Total de trabalhos submetidos	123	100

Nota: (\*) inclui IC

Áreas Temáticas	Artigos Submetidos (*)	Artigos Selecionados (*)	Percentual (%)
1 - Auditoria e Perícia	8	8	10,81
2 - Contabilidade e Educação	11	5	6,76
3 - Contabilidade Financeira	12	11	14,86
4 - Contabilidade e Finanças	9	8	10,81
5 - Contabilidade e Governança	10	5	6,76
6 - Contabilidade Gerencial e Sistemas de Informações	8	5	6,76
7 - Contabilidade e Setor Público	24	16	21,62
8 - Contabilidade e Sociedade	15	16	21,62
Total	123	74	100,00

Nota: (\*) inclui IC

Quantidade de Autores por Artigo	Quantidade de Artigos	
	Selecionados (*)	Percentual (%)
1	7	9,46
2	31	41,90
3	18	24,32
4	18	24,32
Total	74	100

Nota: (\*) inclui IC

Titulação dos primeiros autores	Artigos Selecionados	
	Quantidade (*)	Percentual (%)
Graduando/Graduação	30	40,54
Especialização	4	5,41
Mestrado	31	41,89
Doutorado	9	12,16
Total	74	100

Nota: (\*) inclui IC

Gênero dos primeiros autores	Artigos Selecionados	
	Quantidade (*)	Percentual (%)
Feminino	39	52,70
Masculino	35	47,30
Total	74	100

Nota: (\*) inclui IC

Unidade da Federação do primeiro autor	Artigos selecionados (*)
AM	1
BA	2
CE	2
DF	42
ES	3
GO	2
MA	0
MG	6
MS	0
MT	2
PA	1
PB	0
PE	2
PI	1
PR	1
RJ	1
RN	1
RO	0
RR	0
RS	0
SC	2
SE	0
SP	4
TO	0
Total	73

Nota: (\*) inclui IC

## COMPARATIVO 8º CCGUnB (2022) COM 7º (2021), 6º (2020) E 5º (2019)

Sobre os trabalhos	Quantidade				Percentual (%)			
	2019	2020	2021 (*)	2022	2019	2020	2021 (*)	2022
Artigos selecionados para apresentação e discussão	111	120	69	74	60,3	58	64	60
Artigos não selecionados	73	87	39	49	39,7	42	36	40
Total de trabalhos submetidos	184	207	108	123	100	100	100	100

Nota: (\*) inclui IC

Áreas Temáticas	Quantidade de Artigos Submetidos				Quantidade de Artigos Selecionados			
	2019	2020	2021	2022	2019	2020	2021	2022
1 - Auditoria e Perícia	8	11	2	7	4	8	2	7
2 - Contabilidade e Educação	11	8	12	9	7	6	7	4
3 - Contabilidade Financeira	37	36	25	12	23	24	18	10
4 - Contabilidade e Finanças	25	22	11	9	15	18	5	7
5 - Contabilidade e Governança	13	10	3	10	4	6	2	5
6 - Contabilidade Gerencial e Sistemas de Informações	9	14	2	8	7	6	2	3
7 - Contabilidade e Setor Público	28	32	14	24	15	15	7	13
8 - Contabilidade e Sociedade	29	37	20	13	16	16	15	9
Iniciação Científica	23	37	19	26	20	21	11	16
Total	184	207	108	123	111	120	69	74

Método Utilizado	Quantidade de Artigos Selecionados			
	2019	2020	2021 (*)	2022(*)
1 -Analítico/ Modelagem	11	12	4	0
2 – Estudo de Caso/ Campo	15	18	5	4
3 – Arquivo/ Banco de Dados	40	53	34	53
4 – Experimental/Quase experimental	5	3	0	1
5- Ensaio Teórico	18	8	9	7
6 – Crítico/ Interdisciplinar	1	-	1	1
7- Survey	20	22	13	8
Não classificado	3	4	3	0
Total	111	120	69	74

Nota: (\*) inclui IC

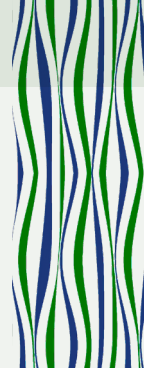
Titulação dos autores	Quantidade de Artigos Seleccionados			
	2019	2020(*)	2021(*)	2022(*)
Graduando/Graduado	37	15	31	30
Especialização	2	14	5	4
Mestrado	36	44	24	31
Doutorado	11	47	9	9
Total Geral	86	120	69(**)	74(**)

Nota (\*): titulação dos primeiros autores. (\*\*) Inclui IC

Unidade da Federação	Quantidade de artigos seleccionados			
	2019	2020 (*)	2021 (*)	2022 (*)
AM	3	3	0	1
BA	4	1	6	2
CE	3	13	3	2
DF	10	22	39	42
ES	4	3	0	3
GO	1	9	2	2
MA	-	1	0	0
MG	10	10	2	6
MS	-	1	0	0
MT	-	1	0	2
PA	4	4	1	1
PB	2	9	4	0
PE	1	9	1	2
PI	2	2	1	1
PR	-	12	1	1
RJ	2	6	2	1
RN	2	4	4	1
RO	-	1	0	0
RR	-	-	0	0
RS	-	-	0	0
SC	1	5	0	2
SE	-	-	0	0
SP	4	3	3	4
TO	-	1	0	0
Não identificados	33	-	-	-
Colômbia				1
Total Geral	86	120	69(**)	74(**)

Nota (\*): origem dos primeiros autores. (\*\*) Inclui IC

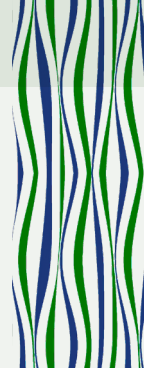
# PROGRAMAÇÃO GERAL DO EVENTO



HORÁRIO	ATIVIDADES
<b>1º dia: 16/novembro (quarta-feira)</b>	
09h00-12h00	Consórcio doutoral – Programação a Seguir
14h00-15h00	Cerimônia de Abertura
15h00-16h30	Palestra Magna Tema: <i>The use of Public Sector (Financial) Reporting Information by Politicians</i> Palestrante: Profª. Sônia Nogueira (Instituto Politécnico de Bragança – IPB) Mediadora: Profª. Patrícia Siqueira Varela (USP)
17h00-18h00	Painel Temático Tema: Inflação no Longo Prazo Painelista: Prof. Roberto de Góes Ellery Júnior (UnB) Mediadora: Profª. Mara Jane Contrera Malacrida (USP)
18h10-19h10	Workshop 1 Tema: Regulação contábil e econômica em obras de infraestrutura: o projeto da Transposição do São Francisco Prof. Bruno Vinícius Ramos Fernandes (UnB) Senhora Flávia Barros (Agência Nacional de Águas)
18h10-19h10	Workshop 2 Tema: Gerenciamento de Resultados e Fraude Corporativa: O papel da Contabilidade Prof. Rodrigo de Souza Gonçalves (UnB)
<b>2º dia: 17/novembro (quinta-feira)</b>	
08h00-09h00	Painel Temático Tema: Riscos e Oportunidades do Brasil Digital Painelista: Sr. Luis Felipe Monteiro (Cateno) e Rafael Giovanella (Especialista em <i>Cybersecurity</i> – Banco do Brasil) Mediador: Prof. Alex Laquis Resende (UnB)
09h10-10h40	Sessões paralelas (Em breve divulgaremos a listagem dos trabalhos por sala)
11h00-12h30	Plenária Tema: <b>Corporate Social Responsibility</b> Palestrante: Prof. Suresh Radhakrishnan (University of Texas) Mediador: Prof. Paulo Lustosa (UnB)
14h30-16h00	Plenária Tema: <i>Behind the neoliberal mask – the role of a critical accounting perspective on the world and our future</i> Palestrante: Profª. Christine Cooper (University of Edinburgh) Mediador: Prof. Eduardo Bona (UnB)
16h00-17h00	Painel Temático Tema: Brasília 2.0 Painelista: Jorge Adriano Soares da Silva (SEBRAE-DF) Mediadora: Profª. Clésia Camilo (UnB)
17h10-18h40	Sessões paralelas (Em breve divulgaremos a listagem dos trabalhos por sala)

HORÁRIO	ATIVIDADES
<b>3º dia: 18/novembro (sexta-feira)</b>	
08h00-09h00	Painel Temático Tema: Passivos contingentes decorrentes de riscos fiscais Painelista: Sr. Heriberto Henrique Vilela do Nascimento (STN) Sr. Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra (TCU) Sr. Etivaldo Rodrigues da Silva Júnior (CGU) Mediadora: Profª. Diana Vaz de Lima (UnB)
09h20-10h20	Apresentação dos Artigos (Em breve divulgaremos a listagem dos trabalhos por sala)
10h30-12h00	Plenária Tema: <i>Valuation of companies: foundations, unnecessary complications and science fiction</i> Palestrante: Prof. Pablo Fernández (University of Navarra) Mediador: Prof. Sérgio Nazaré (UnB)
12h00-12h30	Cerimônia de Encerramento

# PROGRAMAÇÃO DO CONSÓRCIO DOUTORAL



## Dia 16/11/2022 - Sala 07

09h00 às 10h00	Título	Consequências financeiras dos sticky costs em empresas brasileiras abertas potencialmente poluidoras
	Doutorando(a)	Laura Brandão Costa
	Orientador(a)	Prof. Marcelo Tavares
	Universidade	UFU
	Avaliadores	Bruno Vinícius Ramos Fernandes (UnB) Silvio Nakao (USP-RP)
10h00 às 11h00	Título	Conservadorismo cognitivo e relevância das informações contábeis: uma análise no mercado brasileiro
	Doutorando(a)	Giovana Gubert Carrer
	Orientador(a)	Profª. Flávia Zóboli Dalmacio
	Universidade	USP-RP
	Avaliadores	Jorge Katsumi Niyama (UnB) Mara Jane Contrera Malacrida (USP)
11h00 às 12h00	Título	Análise da eficácia na lei de informática sobre os gastos com p&d de 2007 a 2022 a luz da teoria do programa
	Doutorando(a)	Aline Roberta Halik
	Orientador(a)	Prof. Luiz Alberton
	Universidade	UFSC
	Avaliadores	Andrea de Oliveira Gonçalves (UnB) Aldo Leonardo Cunha Callado (UFPB)

## Dia 16/11/2022 - Sala 08

09h00 às 10h00	Título	Modelo conceitual para delinear desastres ambientais: a história que a contabilidade ainda não contou!
	Doutorando(a)	Juliana Cristina Milan
	Orientador(a)	Profª. Máisa de Souza Ribeiro
	Universidade	USP-RP
	Avaliadores	Ludmila de Melo Souza (UnB) Henrique Portulhak (UFPR)

**Dia 16/11/2022 - Sala 08**

10h00 às 11h00	Título	Regimes próprios de previdência social estaduais e municipais: uma análise epistemológica, metodológica e teórica dos passivos previdenciários nacionais
	Doutorando(a)	Francisco Wilson Ferreira da Silva
	Orientador(a)	Prof. Raimundo Eduardo Silveira Fontenele
	Universidade	UFC
	Avaliadores	Diana Vaz de Lima (UnB) Jorge de Souza Bispo (UFBA)
11h00 às 12h00	Título	Formação de competências por meio da tecnologia da informação e comunicação na área contábil
	Doutorando(a)	Rosilene Gonçalves Costa Rodrigues
	Orientador(a)	Prof. Gilberto José de Miranda
	Universidade	UFU
	Avaliadores	Ducineli Régis Botelho (UnB) Camila Araujo Machado (UFG)

**Dia 16/11/2022 - Sala 09**

09h00 às 10h00	Título	<i>Shareholder</i> invisível: uma discussão acerca da contabilidade do capital natural
	Doutorando(a)	Rayla dos Santos Oliveira Dias
	Orientador(a)	Aracéli Cristina de S. Ferreira
	Universidade	UFRJ
	Avaliadores	Abimael de Jesus Barros Costa (UnB) Patrícia Varela (USP)
10h00 às 11h00	Título	Implicações da flexibilização das restrições orçamentárias na política pública de saúde no Brasil
	Doutorando(a)	Djones Derkyan Teixeira dos Santos
	Orientador(a)	Profa. Andrea de Oliveira Gonçalves
	Universidade	UnB
	Avaliadores	Marcelo Wilbert (UnB) Lidiane Nazaré da Silva Dias (UFPA)
11h00 às 12h00	Título	Formação de competências pelo IAESB/IFAC e jogos de empresas
	Doutorando(a)	Andreia Maciel Carvalho
	Orientador(a)	Prof. Gilberto José de Miranda
	Universidade	UFU
	Avaliadores	Alex Laquis Resende (UnB) Paulo Vitor Souza de Souza (UFPA)

**Dia 16/11/2022 – Sala 10**

10h00 às 11h00	Título	Controles relacionais e performance da inovação digital em startups de ecossistemas de inovação: análise sob a lente da teoria das trocas sociais
	Doutorando(a)	Silvana Mannes
	Orientador(a)	Profa. Ilse Maria Beuren
	Universidade	UFSC
	Avaliadores	Mariana Guerra (UnB) Anderson Queiroz Lemos (UFERSA)

# PROGRAMAÇÃO APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS

17 DE NOVEMBRO DE 2022

HORÁRIO	CÓDIGO / MODALIDADE	TÍTULO DO ARTIGO	SALA	MEDIADOR
MANHÃ 09h10 às 10h40	AT1-41127 (8º CCGUnB)	Os auditores reagem ao comportamento do mercado?	1	Abimael Costa
	AT1-41174 (8º CCGUnB)	A taxonomia de fraudes e erros em relatórios financeiros no mercado acionário brasileiro		
	AT1-41236 (8º CCGUnB)	Fatores que afetam a divulgação dos principais assuntos de auditoria na ótica dos especialistas		
	AT6-41025 (8º CCGUnB)	Uma análise sobre o desempenho dos municípios brasileiros no <b>ranking</b> da qualidade da informação contábil e fiscal	2	Paulo Mendes
	AT6-40972 (8º CCGUnB)	Construção do SIAFIC: o profissional contábil do setor público como product owner		
	AT6-41243 (8º CCGUnB)	Aplicação do método delphi no mapeamento de competências: estudo de caso em hospital público		
	AT8-41111 (8º CCGUnB)	Os impactos financeiros da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins: um estudo de caso em uma empresa varejista	3	Henrique Portulhak
	AT8-41146 (8º CCGUnB)	Análise bibliométrica sobre mensuração do dano ambiental nos principais periódicos internacionais		
	AT8-41252 (8º CCGUnB)	Existe a (des)igualdade salarial, gênero e raça na profissão contábil? Um estudo no Norte do Brasil		
	AT3-41156 (5º CCGUnBIC)	ESG <i>bonds</i> : uma análise exploratória	4	Geovane Camilo dos Santos
	AT1-41193 (8º CCGUnB)	Efeitos da Covid-19 na relação entre comitê de auditoria e qualidade da auditoria de companhias brasileiras		
	AT1-41215 (8º CCGUnB)	Um estudo das contribuições do sistema Alice nos registros de benefícios financeiros da auditoria interna governamental do Poder Executivo Federal		
	AT7- 41184 (8º CCGUnB)	O caos, a complexidade e a contabilidade no setor público: reflexos da pandemia de Covid-19 nos demonstrativos contábeis aplicados ao setor público	5	Aldo Callado
	AT7-41008 (8º CCGUnB)	Conceito de ativo e implicações para o setor público e o terceiro setor		
	AT7- 41021 (8º CCGUnB)	Efeitos do novo regime na dinâmica de pagamentos dos precatórios federais		
	AT2-41022 (8º CCGUnB)	Treinamento anticorrupção e técnicas de neutralização: evidências em profissionais de segurança pública	6	Sônia Gomes
	AT2- 41043 (8º CCGUnB)	Habilidades essenciais de empregabilidade para contadores: o estado da arte		
	AT2- 41246 (8º CCGUnB)	William Andrew Paton: reflexões sobre um século de contribuições para a evolução da estrutura conceitual da contabilidade		

HORÁRIO	CÓDIGO / MODALIDADE	TÍTULO DO ARTIGO	SALA	MEDIADOR
MANHÃ 09h10 às 10h40	AT3- 41197 (8º CCGUnB)	Divulgações financeiras sobre benefícios definidos no mercado de ações brasileiro	7	Fernanda Fernandes
	AT3- 41204 (8º CCGUnB)	Análise bibliométrica da literatura brasileira sobre gerenciamento de resultados		
	AT3- 41218 (8º CCGUnB)	A fraude de hoje é o gerenciamento de resultados de amanhã?		
	AT3- 41222 (8º CCGUnB)	A transição dos princípios fundamentais de contabilidade para estrutura conceitual – uma análise crítico-reflexiva	8	Rodrigo Gonçalves
	AT4-41229 (8º CCGUnB)	Estrutura de capital e competitividade setorial em empresas listadas na B3 durante a crise do Covid-19		
	AT4-41162 (8º CCGUnB)	O uso de derivativos climáticos no mercado financeiro brasileiro		
	AT7-41045 (8º CCGUnB)	A relação entre impostos e dispêndios obrigatórios em municípios turísticos do estado de Goiás	9	Luciana Sardeiro
	AT7-41235 (8º CCGUnB)	Julgamento e tomada de decisão de contadores no setor público		
	AT7-41157 (8º CCGUnB)	Follow-up das recomendações do TCU ao Balanço Geral da União		
TARDE 17h10 às 18h40	AT3-40979 (8º CCGUnB)	Discussing the nature of accounting goodwill in the banking industry	1	Sérgio Nazaré
	AT3-41104 (8º CCGUnB)	Panorama da pesquisa científica sobre instrumentos financeiros no âmbito internacional e nacional		
	AT3- 41123 (8º CCGUnB)	IFRS 16: nível de <i>disclosure</i> dos bancos brasileiros e os efeitos no índice de imobilização		
	AT7- 41224 (5º CCGUnBIC)	A pandemia do Covid-19 e as receitas públicas	2	Beatriz Fátima Morgan
	AT8- 41210 (5º CCGUnBIC)	Conceitos de insumos para fins de creditamento de PIS e Cofins sob a sistemática da não-cumulatividade		
	AT8-41170 (5º CCGUnBIC)	Percepção de contadores e atuários sobre normas contábeis aplicadas aos fundos de pensão		
	AT3- 41126 (8º CCGUnB)	A evolução da contabilização de instrumentos financeiros e o conservadorismo contábil de instituições financeiras: um ensaio teórico	3	Bianca Checon
	AT3-41152 (8º CCGUnB)	Desempenho econômico-financeiro das empresas listadas na B3, antes e durante a pandemia da Covid-19		
	AT3-41225 (8º CCGUnB)	Investimento estrangeiro e agressividade fiscal das companhias listadas na Brasil, Bolsa, Balcão.		
	AT5-41102 (8º CCGUnB)	A influência das características do conselho de administração no relato integrado	4	Sônia Gomes
	AT5- 41145 (8º CCGUnB)	Governança corporativa e o desempenho econômico-financeiro das maiores empresas brasileiras		
	AT5- 41227 (8º CCGUnB)	Análise do porquê empresas brasileiras utilizam ações PN		
	AT2-41212 (8º CCGUnB)	Uso de metodologias ativas de aprendizagem em disciplinas da área contábil: uma revisão integrativa	5	Paulo Britto
	AT4-41027 (8º CCGUnB)	As práticas ESG importam? Uma análise da estrutura de capital em empresas latino-americanas		
	AT4-41029 (8º CCGUnB)	<i>Value relevance</i> de ativos intangíveis e internacionalização das empresas brasileiras		

HORÁRIO	CÓDIGO / MODALIDADE	TÍTULO DO ARTIGO	SALA	MEDIADOR
TARDE 17h10 às 18h40	AT4-41250 (8º CCGUnB)	Análise dos efeitos comportamentais causados pelas redes sociais na divulgação de resultados	6	Andson Aguiar
	AT5-41158 (8º CCGUnB)	Inter-relação entre a intangibilidade e a competitividade das empresas industriais brasileiras		
	AT7-41234 (8º CCGUnB)	O processo de difusão de políticas públicas de governo aberto: uma análise de países membros da OGP		
	AT7-41049 (8º CCGUnB)	Modelo para medição da eficiência judiciária: sua relação com indutores orçamentários e a justiça gratuita.	7	Mariana Guerra
	AT7-41191 (8º CCGUnB)	Impacto da projeção previdenciária cearense à razão da receita corrente líquida por modelo de Koyck		
	AT7-41136 (8º CCGUnB)	Pra bom entendedor, meia palavra basta? Legibilidade dos relatórios de gestão		
	AT7-41173 (8º CCGUnB)	La regulación contable sobre los activos de infraestructura en latinoamerica	8	Tiago Mota
	AT8-41251 (8º CCGUnB)	Impactos econômicos e financeiros decorrentes dos critérios de reconhecimento e mensuração da IFRS16 em companhias aéreas		
	AT8-41216 (8º CCGUnB)	<i>Heritage assets</i> : métodos de valoração em museu		
	AT8-41187 (8º CCGUnB)	ESG e a função social das empresas: uma análise quantitativa sobre as teorias contratualistas e institucionais	9	Selene Peres
	AT8-41199 (8º CCGUnB)	A influência do endividamento na adesão ao parcelamento especial tributário		
	AT8-41208 (8º CCGUnB)	Impacto da pandemia de Covid-19 na arrecadação de ICMS e de ISS no Distrito Federal		

## 18 DE NOVEMBRO 2022

HORÁRIO	CÓDIGO / MODALIDADE	TÍTULO DO ARTIGO	SALA	MEDIADOR
MANHÃ 09h20 às 10h20	AT7-41118 (8º CCGUnB)	Condicionantes da qualidade da informação contábil / fiscal no Brasil	1	Bianca Checon
	AT7-41119 (8º CCGUnB)	Fatores explicativos da adoção das IPSAS nos municípios brasileiros		
	AT6-41164 (5º CCGUnBIC)	Associação entre responsabilidade social corporativa e governança corporativa: um estudo exploratório	2	Sônia Gomes
	AT8-41113 (5º CCGUnBIC)	<i>Climate-smart agriculture</i> na região do PISF: viabilidade e oportunidades		
	AT2-41219 (5º CCGUnBIC)	Educação financeira: uma análise bibliométrica com enfoque nos construtos atitude e comportamento financeiros	3	Mayla Costa
	AT4-41249 (5º CCGUnBIC)	A relação da estrutura de dívida com os <i>ratings</i>		
	AT8-41232 (5º CCGUnBIC)	Saneamento básico no Brasil: relação entre tarifa e custo	4	Luciana Sardeiro
	AT7-41244 (5º CCGUnBIC)	Emendas parlamentares executadas no Amazonas durante a pandemia de Covid-19		

HORÁRIO	CÓDIGO / MODALIDADE	TÍTULO DO ARTIGO	SALA	MEDIADOR
MANHÃ 09h20 às 10h20	AT8-41230 (5º CCGUnBIC)	ICMS sobre combustíveis e inflação no Brasil: uma análise dos crescimentos observados através da correlação de Pearson	5	Eduardo Tadeu
	AT1-41172 (8º CCGUnB)	<b>Red flags</b> em relatório de auditoria com opinião modificada		
	AT8-41163 (5º CCGUnBIC)	Desonestidade acadêmica: motivações dos estudantes de ciências contábeis	6	Danielle Montenegro
	AT4-41223 (8º CCGUnB)	Viés <b>status-quo</b> na tomada de decisão dos acadêmicos de graduação		
	AT8-41177 (5º CCGUnBIC)	Práticas de divulgação contábil por cooperativas de crédito atuantes no estado da Bahia	7	Francisca Aparecida de Souza
	AT6 - 41254 (5º CCGUnBIC)	Efeitos do formato de relatório e habilidade numérica na leniência e compactação: implicações da carga cognitiva		
	AT7-41098 (5º CCGUnBIC)	O impacto da pandemia de Covid-19 nos gastos com pessoal dos municípios baianos		



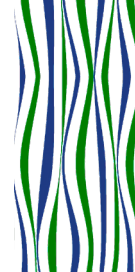
# RESUMOS

# **AT 1 – AUDITORIA E PERÍCIA**

**COORDENADORA DE ÁREA – AT 1**

**PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT**

Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1991) e doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (2003). Atualmente é professora e pesquisadora do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado.



## AT1 – 41127: OS AUDITORES REAGEM AO COMPORTAMENTO DO MERCADO?

### DÉBORA CRISTINA ALVES DOS SANTOS

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [deborasantoscr@gmail.com](mailto:deborasantoscr@gmail.com)

### JOÃO LUCAS ANDRADE GUIMARÃES

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [joao.joaolucas@gmail.com](mailto:joao.joaolucas@gmail.com)

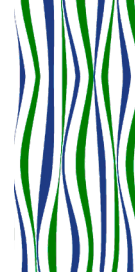
### JOSÉ ALVES DANTAS

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [josealvesdantas@unb.br](mailto:josealvesdantas@unb.br)

### RESUMO

Este estudo teve por objetivo verificar se os auditores reagem às informações do mercado – volatilidade do retorno das ações e variação do valor de mercado – impactando a propensão à emissão de opinião modificada ou incorporação de parágrafos de ênfase no relatório de auditoria. Os testes empíricos realizados com base em regressão Logit e dados de 2009 a 2020 de 338 empresas não financeiras listadas na B3 revelaram que companhias que registram maior volatilidade do retorno das ações possuem maior probabilidade de receber relatórios com modificação de opinião e com parágrafos de ênfase, sugerindo que o auditor percebe essa medida de risco do mercado como um indício de risco de auditoria em relação à companhia, resultando em maior rigor em seus julgamentos, até como forma de autoproteção. Por outro lado, os testes não demonstraram associação entre a variação no valor de mercado e as opiniões modificadas de auditoria ou parágrafos de ênfase, contrariando as expectativas de que quanto maiores as perdas no valor de mercado maior seria a probabilidade de emissão de opinião modificada por parte dos auditores. O estudo supre um *gap* da literatura sobre o tema, que geralmente explora os efeitos do conteúdo do relatório de auditoria no mercado, enquanto este se concentra em explorar a relação inversa – o impacto das informações do mercado nos trabalhos de auditoria.



## AT1 – 41174: A TAXONOMIA DE FRAUDES E ERROS EM RELATÓRIOS FINANCEIROS NO MERCADO ACIONÁRIO BRASILEIRO

### MONIZE RAMOS DO NASCIMENTO

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [monizeeramos@gmail.com](mailto:monizeeramos@gmail.com)

### RODRIGO DE SOUZA GONÇALVES

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [rgoncalves@unb.br](mailto:rgoncalves@unb.br)

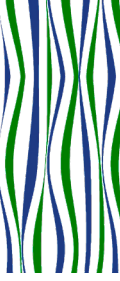
### NOEL KENTINUS OLOKODANA

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [dicarlokentinus@ymail.com](mailto:dicarlokentinus@ymail.com)

### RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar os tipos de fraudes em demonstrações financeiras ocorridas em empresas brasileiras abertas no período de 2017 a 2021. Para tanto foram analisados os Processos Administrativos Sancionadores (PAS) da Comissão de Valores Mobiliário (CVM) e elaborada a taxonomia das fraudes. O estudo traz ao conhecimento dos acadêmicos, reguladores, investidores e empresas os tipos de fraudes realizadas. Os resultados da pesquisa sugerem a taxonomia a seguir: Superestimação de ativos, Transações com partes relacionadas, Desvio de fundos para entidades *offshore*, Superestimação de perda de valor de ativos (*impairment*), Superestimação de receita, Receitas fictícias, Subestimação de despesas. O conhecimento da taxonomia de fraudes chama a atenção do regulador a buscar, de forma preventiva, estes tipos de fraudes nos relatórios financeiros divulgados. Discussões sobre a taxonomia de fraudes em relatórios financeiros traz ao conhecimento dos acadêmicos e profissionais (contadores, auditores e administradores) as formas que as distorções das informações contábeis podem tomar. Para os auditores (internos ou externos) e profissionais do controle interno, a taxonomia de fraudes em relatórios financeiros permite atuar preventivamente para evitar ou limitar as ocorrências destas fraudes.



## **AT1 – 41236: FATORES QUE AFETAM A DIVULGAÇÃO DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA NA ÓTICA DOS ESPECIALISTAS**

### **ANA CAROLINA VASCONCELOS COLARES**

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

E-mail: [carolinacolares@pucminas.br](mailto:carolinacolares@pucminas.br)

### **LAURA EDITH TABOADA PINHEIRO**

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

E-mail: [ltaboada@face.ufmg.br](mailto:ltaboada@face.ufmg.br)

### **JOSÉ ALVES DANTAS**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [josealvesdantas@gmail.com](mailto:josealvesdantas@gmail.com)

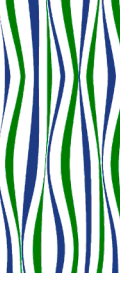
### **RENATA TUROLA TAKAMATSU**

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

E-mail: [retakamatsu@face.ufmg.br](mailto:retakamatsu@face.ufmg.br)

## **RESUMO**

Pesquisas anteriores sobre os determinantes da divulgação dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA) se limitam a realizar análises de dados de empresas por meio de inferências econométricas, sem levar em consideração a ótica dos profissionais que atuam com auditoria e que utilizam do seu julgamento na seleção dos PAA. Para preencher essa lacuna, essa pesquisa tem o objetivo de identificar quais os fatores que afetam a divulgação dos PAA no Brasil na ótica dos especialistas. Foram levantadas na literatura 20 variáveis que representam características da firma de auditoria ou da entidade auditada e apresentadas a 25 especialistas por meio da Técnica Delphi, para que pudessem avaliá-las e sugerir novas. Posteriormente, foram adicionadas as 12 sugestões e avaliadas pelos especialistas, obtendo consenso entre eles, sendo utilizado como parâmetro o Coeficiente de Variação inferior a 30%. Entre as sugestões dadas na Delphi, observou-se a possibilidade de operacionalização de seis variáveis, quais sejam: quantidade de PAA divulgada no relatório anterior, opinião modificada de auditoria no exercício anterior, existência de Processo Administrativo Sancionador na CVM, apontamento de deficiências significativas de controle interno pelo auditor, realização de combinação de negócios no período e existência de *Goodwill*.



## T1 – 41172: RED FLAGS EM RELATÓRIO DE AUDITORIA COM OPINIÃO MODIFICADA

### JULIANA BACELAR DE FREITAS

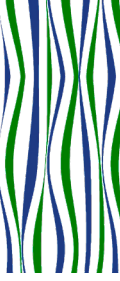
Universidade de Brasília -| UnB  
E-mail: b.juliana@hotmail.com

### DANIELLE MONTENEGRO SALAMONE NUNES

Universidade de Brasília – UnB  
E-mail: dmontenegro@unb.br

### RESUMO

Para que a auditoria garanta a manutenção da confiança e credibilidade das informações trocadas pelos seus usuários e a redução da assimetria informacional, é necessário se ela esteja atenta às *red flags* que podem ser observadas no desenvolvimento dos seus trabalhos. Destarte, esta pesquisa objetivou identificar *red flags* encontradas na emissão de Relatórios de Auditoria com opinião modificada de empresas listadas na B3 dos anos 2019 e 2020 por meio de regressão logística, evidenciando suas chances de ocorrência em cada cenário. A pesquisa contribui para a ciência por analisar de forma quantitativa *red flags* no contexto de relatórios modificados e por apresentar dados que podem contribuir para a melhora da qualidade da auditoria. A amostra de 818 Relatórios de Auditoria foi captada do sítio da CVM e da B3. O modelo de regressão proposto mostra que a emissão de opiniões modificadas tem: (i) menos chance de ocorrer quando a auditoria é realizada por uma *big four* ou quando o cliente de auditoria possui Comitê de Auditoria ou Fiscal, indicando menores riscos à auditoria e (ii) mais chance de acontecer quando a empresa possui risco de continuidade operacional, variações fora do esperado para contas patrimoniais, geração de caixa e índice de endividamento geral, representando maiores riscos à auditoria e sinalizando *red flags*.



## **AT1 – 41193: EFEITOS DA COVID-19 NA RELAÇÃO ENTRE COMITÊ DE AUDITORIA E QUALIDADE DA AUDITORIA DE COMPANHIAS BRASILEIRAS**

### **ANDERSON MONTEIRO DE ANDRADE**

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

E-mail: [anderson.monteiro.andrade@gmail.com](mailto:anderson.monteiro.andrade@gmail.com)

### **MARCELO ALVARO DA SILVA MACEDO**

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

E-mail: [malvaro@facc.ufrj.br](mailto:malvaro@facc.ufrj.br)

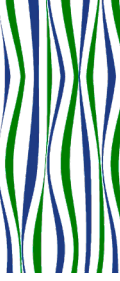
### **THIAGO DE ABREU COSTA**

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

E-mail: [thiago@facc.ufrj.br](mailto:thiago@facc.ufrj.br)

### **RESUMO**

O objetivo do estudo foi verificar o efeito da crise financeira, gerada pela pandemia da Covid-19, na relação entre as características dos comitês de auditoria e a qualidade da auditoria independente de empresas listadas no Brasil. À luz da Teoria da Agência, o estudo teve como premissa o efeito positivo da existência e composição do comitê de auditoria, sobre a atuação dos auditores externos. Dessa forma, foram mapeadas as características dos comitês de auditoria e das firmas de auditoria independente de 74 empresas que apresentaram esse tipo de informação em formulários de referência e demonstrações contábeis anuais para o período de 2012 a 2021. Posteriormente, foram aplicadas análise de correlação canônica e testes de diferença de médias e de proporções, comparando os resultados de modelos com e sem o controle do efeito da crise da Covid-19. Os resultados indicam que a relação positiva entre os comitês de auditoria e a qualidade da auditoria externa, se intensificou durante o período de crise. A principal contribuição é a confirmação de que a composição do comitê de auditoria amplia ainda mais a qualidade da auditoria em um contexto de crise, reduzindo a assimetria informacional em um ambiente de incerteza.



## **AT1 – 41215: UM ESTUDO DAS CONTRIBUIÇÕES DO SISTEMA ALICE NOS REGISTROS DE BENEFÍCIOS FINANCEIROS DA AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL**

### **RAFAEL FLORÊNCIO DA SILVA**

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

E-mail: [rafa236eq@gmail.com](mailto:rafa236eq@gmail.com)

### **CLÁUDIA FERREIRA DA CRUZ**

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

E-mail: [claudiacruz@facc.ufrj.br](mailto:claudiacruz@facc.ufrj.br)

### **RESUMO**

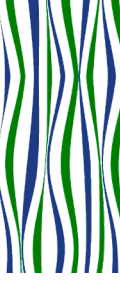
Tradicionalmente, em todo o mundo, as unidades de auditoria apresentam seus resultados em termos do retorno que a atividade garante à organização. A Portaria nº 2.379, de 30 de outubro de 2012, foi o primeiro passo para a implementação de uma estrutura de medição de desempenho executada pela Controladoria-Geral da União (CGU) e estabeleceu a primeira sistemática de quantificação e registro dos benefícios decorrentes das atividades do controle interno governamental. Em 2014, a CGU iniciou o desenvolvimento da ferramenta ALICE, acrônimo para Analisador de Licitações, Contratos e Editais, com o objetivo de identificar automaticamente indícios de irregularidades nas licitações, pelo uso de Inteligência Artificial (IA). Este artigo tem como objetivo geral, por meio da sistemática de contabilização de benefícios, identificar as contribuições do uso de Tecnologia da Informação, através do Sistema ALICE, na elevação de desempenho da auditoria interna governamental no âmbito da administração pública federal. Primeiramente, realizou-se uma análise dos registros de Benefícios Financeiros consolidados pela CGU entre os anos de 2012 até 2021 e posteriormente, realizou-se uma análise comparativa desse indicador de desempenho com as ações de auditoria preventiva, realizadas com base em alertas emitidos pela utilizando a ferramenta ALICE. A pesquisa conclui que a ferramenta ALICE contribuiu para a elevação de desempenho da CGU mensurado por meio dos registros de contabilização de Benefícios Financeiros durante o período estudado.

## **AT 2 – CONTABILIDADE E EDUCAÇÃO**

**COORDENADORA DE ÁREA – AT 2**

**PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. MARIANA PEREIRA BONFIM**

Possui doutorado em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCONT) pela Universidade de Brasília. Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense (Volta Redonda). Professora do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Auditoria (PGCA) da Universidade Federal Fluminense (Niterói). Professora do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP.



## AT2 – 41022: TREINAMENTO ANTICORRUPÇÃO E TÉCNICAS DE NEUTRALIZAÇÃO: EVIDÊNCIAS EM PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

### **CÉSAR MEDEIROS CUPERTINO**

Universidade Federal de Lavras – UFLA

E-mail: [cupertino.cmc@gmail.com](mailto:cupertino.cmc@gmail.com)

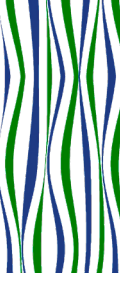
### **RAFAEL SOUSA LIMA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [rafaellima1515@gmail.com](mailto:rafaellima1515@gmail.com)

### **RESUMO**

Esse artigo tem por objetivo analisar a percepção de profissionais da segurança pública quanto às justificativas usualmente sustentadas pelos delinquentes para a prática de atos de corrupção. Tais justificativas, conhecidas como técnicas de neutralização, encontram-se descritas na literatura acadêmica e uma síntese é encontrada no artigo de Hauser (2018). Por meio de questionário foram obtidas informações de policiais federais de diferentes cargos, captando-se em que medida esses profissionais concordavam ou não com práticas corruptas que podem ser entendidas como “justificadas”. Análises empíricas foram conduzidas com representações gráficas, técnicas de dispersão, testes de médias e de independência, além de regressões logísticas ordenadas. Os resultados revelaram que esses profissionais tendem a rejeitar fortemente as técnicas de neutralização empregadas no cometimento de atos corruptos, havendo um relaxamento quanto se trata de perigo à saúde ou à vida, em especial para aqueles que participaram de treinamento de combate ao crime de corrupção nos últimos cinco anos. Tais achados reforçam a importância de maiores estudos sobre os efeitos de treinamentos voltados ao combate ao crime de colarinho branco e provocam a discussão em torno das técnicas de neutralização no contexto de comportamentos corruptos.



## AT2 – 41219:EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA COM ENFOQUE NOS CONSTRUTOS ATITUDE E COMPORTAMENTO FINANCEIROS

### DANILO DE SOUSA ARAUJO

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [daniiloaraujo.unb@gmail.com](mailto:daniiloaraujo.unb@gmail.com)

### TATIANA COELHO FRANÇA

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [tatianacoelho@gmail.com](mailto:tatianacoelho@gmail.com)

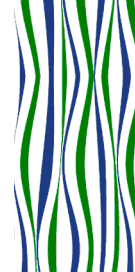
### DUCINELI RÉGIS BOTELHO

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [ducineli@unb.br](mailto:ducineli@unb.br)

### RESUMO

Educação Financeira tem se tornado cada vez mais relevante para o crescimento econômico dos países, principalmente àqueles que apresentam um baixo nível de alfabetização financeira. Este é caso do Brasil, que mesmo com a implementação da ENEF em 2010, o país ainda está longe do nível ideal de Alfabetização Financeira, isso se reflete no alto nível de endividamento das famílias brasileiras e no baixo número de pesquisas científicas na área. Nesse sentido, visando contribuir com estudos científicos sobre o tema no Brasil, esta pesquisa tem como objetivo explorar os principais assuntos, autores e fontes relacionados à educação financeira, por meio de revisão bibliométrica, com enfoque nos construtos atitude e comportamento financeiros. Para tanto, foram selecionados 423 artigos, indexados na base de dados Web of Science (WoS). Utilizando-se do *software* R para as análises bibliométricas, por meio da interface Shiny do pacote Bibliometrix, foram identificados os principais autores, periódicos e termos relevantes da temática Educação Financeira no último triênio (2019-2021). Os resultados indicam, em consonância com a premissa da Lei de Lotka, que um número limitado de pesquisadores produz muito (0,2%), enquanto a maioria dos pesquisadores produz muito pouco (87,40%). Além disso, confirmou-se que no Brasil este tema é incipiente.



## AT2 – 41212: USO DE METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM EM DISCIPLINAS DA ÁREA CONTÁBIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

### **CAMILA LIMA BAZANI**

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

E-mail: [camilabazani@ufu.br](mailto:camilabazani@ufu.br)

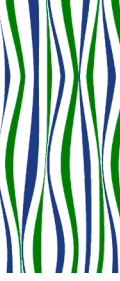
### **GEOVANE CAMILO DOS SANTOS**

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

E-mail: [geovane\\_camilo@yahoo.com.br](mailto:geovane_camilo@yahoo.com.br)

### **RESUMO**

Esta pesquisa tem como objetivo realizar uma revisão integrativa para consolidar os principais resultados dos estudos acerca da aplicação das metodologias ativas de aprendizagem em disciplinas da área contábil, além de apresentar possibilidades para pesquisas futuras e lacunas existentes na literatura. Os artigos foram coletados na Scopus, utilizando-se as expressões “Accounting” e “Active Learning” e “Accounting” e “Active Methodology”, ligadas pelo conectivo “and”. A amostra final é composta por 79 trabalhos. O embasamento do estudo é na perspectiva das contribuições das metodologias ativas para o desenvolvimento das habilidades dos estudantes. Os resultados revelaram que: i) maioria dos estudos são desenvolvidos após 2011; ii) há pesquisas aplicando metodologias ativas nos cinco continentes, com predominância nos Estados Unidos da América; iii) as metodologias ativas mais usadas são estudos de caso, *Problem-Based Learning* (PBL), sala de aula invertida e metodologias focadas em tecnologias. Conclui-se que as metodologias ativas se mostraram válidas e eficazes para o desenvolvimento de um contexto que aprimore as competências profissionais e emocionais dos alunos. Este estudo contribui com pesquisadores apresentando resultados de pesquisas anteriores bem como indicando possibilidades para pesquisas futuras e lacunas constantes na literatura.



## **AT2--41043: HABILIDADES ESSENCIAIS DE EMPREGABILIDADE PARA CONTADORES: O ESTADO DA ARTE**

### **ALESSANDRO PEREIRA ALVES**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Universidade do Estado de São Paulo – USP-RP

E-mail: [alessandropalves.apa@gmail.com](mailto:alessandropalves.apa@gmail.com)

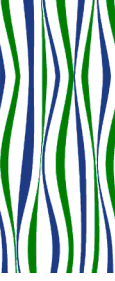
### **ADRIANA MARIA PROCÓPIO DE ARAÚJO**

Universidade do Estado de São Paulo – USP-RP

E-mail: [amprocop@usp.br](mailto:amprocop@usp.br)

### **RESUMO**

Apesar de não ser modalidade recente, a EAD ainda é vista com desconfiança por parte da comunidade acadêmica. Com a expansão, há a preocupação em garantir a qualidade, nos critérios do MEC. Para isso, o sistema de avaliação do ensino conta, entre outros, com o ENADE. Este estudo identificou o efeito da modalidade no desempenho em Ciências Contábeis, no ENADE 2012, 2015 e 2018. Os fundamentos da Função de Produção Educacional (FPE) subsidiaram as discussões. Os microdados do ENADE foram a principal fonte de dados e recorreu-se ao Método Hierárquico Linear (MHL) para testes empíricos. Não houve evidências que permitissem rejeitar a hipótese de pesquisa quanto à influência da modalidade, revelando desempenho médio superior presencial, mas resultados inconclusivos quanto à significância. Este estudo cobre lacunas encontradas nas investigações sobre modalidade e desempenho em Contabilidade, ao estudar essa relação sob a ótica da FPE, através do MHL, que possibilita a análise contextual. Com isso, há contribuições para a compreensão da influência da instituição e os impactos que as características socioeconômicas exercem sobre o desempenho. Com a perspectiva do modelo híbrido, os achados são relevantes para analisar se o comportamento da modalidade é relacionado a outras variáveis, através de interações possíveis.



## **AT2 – 41246: WILLIAM ANDREW PATON: REFLEXÕES SOBRE UM SÉCULO DE CONTRIBUIÇÕES PARA A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA CONCEITUAL DA CONTABILIDADE**

### **DIMITRE MORANT VIEIRA GONÇALVES PEREIRA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [dimmitre@gmail.com](mailto:dimmitre@gmail.com)

### **JEREMIAS PEREIRA DA SILVA ARRAES**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [jeremiasarraes@gmail.com](mailto:jeremiasarraes@gmail.com)

### **RESUMO**

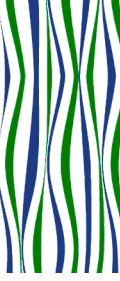
O objetivo deste ensaio é promover uma reflexão sobre o legado de William A. Paton para a teoria da contabilidade e das estruturas conceituais contemporâneas a partir da análise e do confronto das contribuições das suas principais obras. A motivação para realização deste trabalho reside numa preocupação há muito levantada de que acadêmicos, profissionais e até mesmo pesquisadores, não acessam diretamente as obras originais de Paton, restringindo o conhecimento sobre seu pensamento e contribuições às interpretações dadas pelos autores que publicaram obras traduzidas e com larga distribuição no país. Este ensaio busca contribuir ao trazer luz à compreensão dos pressupostos básicos sobre os quais as estruturas conceituais operam até hoje, tais como a entidade, continuidade, o papel fundamental da confrontação periódica enquanto esforços de produção (custos) e esforços de realização (receita) na apuração do resultado, estimulando a reflexão sobre a teoria contábil e as estruturas conceituais vigentes a partir do confronto das ideias contidas nessas obras seminais.

# **AT 3 – CONTABILIDADE FINANCEIRA**

**COORDENADORA DE ÁREA – AT 3**

**PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. BIANCA QUIRANTES CHECON**

Professora pesquisadora extra-carreira na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP FGV). Doutora em Ciências (2018; área de concentração: Controladoria e Contabilidade), mestra (2013; área de concentração: Controladoria e Contabilidade) e bacharela (2010) em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo.



## **AT3 – 40979: DISCUSSING THE NATURE OF ACCOUNTING GOODWILL IN THE BANKING INDUSTRY**

### **KLEBER VASCONCELOS DE OLIVEIRA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [kleber.vasconcellos@gmail.com](mailto:kleber.vasconcellos@gmail.com)

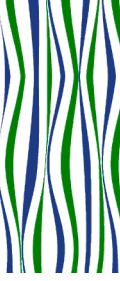
### **PAULO ROBERTO LUSTOSA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [lustosa@unb.br](mailto:lustosa@unb.br)

### **ABSTRACT**

A strand of recent literature in economics and the social sciences has been using concepts from quantum physics to investigate economic and social phenomena. We expand this approach to accounting, and discuss the nature of accounting goodwill in the banking industry. We empirically examine the entanglement between intangible capital (goodwill) and physical capital. We call this the “entanglement effect”. First, we develop a measure for intangible capital, based on the skills of bank managers, which in this study we name “bank managerial ability”. We examine this measure and find a positive and significant association with a bank’s physical capital, suggesting that there is a conversion of intangible capital into physical capital. Interestingly, we find that managerial ability in banking has a negative association with accounting goodwill. Then, we build a proxy for the entanglement effect by interacting earning assets with bank managerial ability. Consistent with theoretical concepts from quantum mechanics, our findings indicate that the entanglement effect is statistically significant for a series of tests performed. For example, entanglement is positively related to a bank’s physical capital, market value and profitability. The findings suggest that the entanglement effect is a real force in the banking industry.



## **AT3 – 41104: PANORAMA DA PESQUISA CIENTÍFICA SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NO ÂMBITO INTERNACIONAL E NACIONAL**

### **CÍNTIA SIQUEIRA ARAÚJO SOARES**

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
E-mail: [cintiasoares2007@gmail.com](mailto:cintiasoares2007@gmail.com)

### **MAYSA ALVES CORREIA SILVA**

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
E-mail: [maysa.correa66@gmail.com](mailto:maysa.correa66@gmail.com)

### **JOÃO ESTEVÃO BARBOSA NETO**

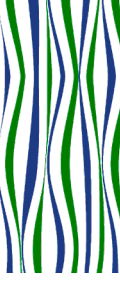
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
E-mail: [joaoestevaobn@face.ufmg.br](mailto:joaoestevaobn@face.ufmg.br)

### **LAURA EDITH TABOADA PINHEIRO**

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
E-mail: [ltaboada@face.ufmg.br](mailto:ltaboada@face.ufmg.br)

### **RESUMO**

Este trabalho objetiva apresentar um panorama geral dos estudos sobre a International Financial Reporting Standards-IFRS 9, que normatiza os instrumentos financeiros. A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliométrica e sistemática utilizando o instrumento Knowledge Development Process–Constructivist (ProKnow-C), com um portfólio final de 37 artigos. Os resultados permitiram identificar as características das principais produções, com destaque para a temática de perdas de crédito esperada, uma das principais modificações na legislação. Outro assunto refere-se aos impactos causados pela adoção da norma no setor bancário, no mercado de ações, em seguradoras e na governança corporativa das empresas. Percebe-se que a implementação da IFRS 9 proporcionou benefícios nestes setores, ocasionando maior transparência e segurança, especialmente para os investidores. Posteriormente, o tema derivativo foi relacionado com diversos fatores que afetam a intenção de uso destes instrumentos, os aspectos fiscais e a sua relação com o valor de mercado das empresas. A classificação e mensuração foram estudadas no contexto português e islâmico e foi destacada a importância de relacionar esta temática com aspectos culturais, religiosos, entre outros. Por fim, o assunto de *hedge* foi proposto com novos métodos, análise de riscos e longevidade.



## AT3 – 41123: IFRS16: NÍVEL DE *DISCLOSURE* DOS BANCOS BRASILEIROS E OS EFEITOS NO ÍNDICE DE IMOBILIZAÇÃO

### ROBERTO DE SOUZA VILELA

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: roberto.vilela@yahoo.com.br

### ALEX YAUDI KUBAWARA

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: alexyoudi@uol.com.br

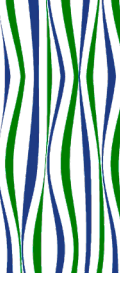
### JOMAR MIRANDA RODRIGUES

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: prof.jomar@gmail.com

### RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi o de avaliar o nível de *disclosure* dos Bancos Brasileiros, à luz dos requisitos de divulgação da IFRS 16, assim como os possíveis efeitos da adoção dessa norma nos Índices de Imobilização dessas entidades. Para tanto foram analisadas as notas explicativas divulgadas pelos Bancos selecionados na amostra, nos anos de 2019 e 2020, com vista ao preenchimento de *check-list* ao cálculo do Índice de Não divulgação, bem como aplicação dos testes de Mann-Whitney e Wilcoxon para verificar se há diferença estatisticamente relevante entre os valores do índice de imobilização reportados trimestralmente pelas instituições estudadas em 2018 (portanto, antes da adoção da IFRS 16) e em 2019 (após as alterações). O trabalho tem como base teórica a Teoria da Divulgação, segundo a qual, de forma geral, as empresas tendem a divulgar informações que favorecem o valor de mercado e não divulgar informações que tem o potencial de reduzir esse valor. Os resultados indicaram um alto Índice de Não Divulgação (não cumprimento dos requisitos) com média de 83% em 2019 e 2020. A aplicação dos testes estatísticos indicou, também, que não houve impacto relevante nos índices de imobilização decorrentes da adoção do IFRS 16. Conclui-se que o baixo nível de divulgações pode ter impactos negativos nas análises feitas por investidores e outros usuários com base na informação contábil. Esse comportamento dos bancos brasileiros em relação à divulgação contraria os objetivos da reforma efetuada pelo IASB ao emitir a IFRS 16, que visou, entre outros aspectos, a redução da opacidade das informações relativas a arrendamentos operacionais. A constatação da ausência de impactos no índice de imobilização afasta eventuais preocupações de investidores, gestores ou órgão regulador em relação à necessidade de operações para adequação deste limite operacional.



## **AT3 – 41126: A EVOLUÇÃO DA CONTABILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS E O CONSERVADORISMO CONTÁBIL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: UM ENSAIO TEÓRICO**

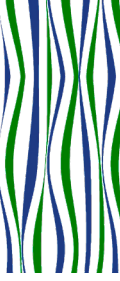
**ROBERTO DE SOUZA VILELA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [roberto.vilela@yahoo.com.br](mailto:roberto.vilela@yahoo.com.br)

### **RESUMO**

A influência do conservadorismo na contabilidade remonta há mais de 500 anos e atualmente tem sido objeto de discussão por ocasião da elaboração de normas contábeis internacionais. Na indústria financeira o conservadorismo tem especial importância, visto seu possível impacto nos resultados contábeis, aliado ao papel vital da intermediação financeira desempenhado pelos Bancos para o funcionamento da economia e estabilidade financeira. Esse conservadorismo pode se manifestar em maior ou menor grau, a depender das normas que regem esses registros contábeis. Nesse contexto, o presente ensaio teórico buscou analisar comparativamente as principais características das normas relacionadas aos Instrumentos Financeiros – IAS 39, IFRS 9 e COSIF (local) – objetivando entender se a evolução dessas normas, especialmente a adoção do IFRS 9, teve o potencial de induzir maior ou menor conservadorismo nas Instituições Financeiras. As conclusões indicam que pontos diversos de alterações podem, de fato, induzir maior ou menor conservadorismo e que, até o presente momento, a produção científica no tema em específico é incipiente, havendo espaço para a ampliação do estudo no tema na academia.



## **AT3 – 41152: DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS EMPRESAS LISTADAS NA B3, ANTES E DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

### **SANDRO JOSÉ DO NASCIMENTO CARDOSO**

Universidade de Brasília – UnB  
E-mail: sandroo.jh@gmail.com

### **CÉSAR AUGUSTO TIBÚRCIO SILVA**

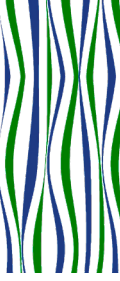
Universidade de Brasília – UnB  
E-mail: cesaraugustotiburciosilva@gmail.com

### **EDUARDO TADEU VIEIRA**

Universidade de Brasília – UnB  
E-mail: eduardot61@hotmail.com

### **RESUMO**

A pesquisa teve como objetivo analisar o desempenho econômico-financeiro das empresas listadas na B3, antes e durante a pandemia da Covid-19. A análise foi realizada por meio da seleção de indicadores de liquidez, rentabilidade, endividamento, criação de valor, entre outros, referente ao período de 2019 a 2021. A pesquisa utilizou as estatísticas descritivas e o teste t de Student para identificar se os comportamentos foram estatisticamente significativos. Os resultados das estatísticas descritivas evidenciaram que a rentabilidade se manteve e até melhorou durante a pandemia, com exceção do fluxo sobre lucro. Quanto à liquidez, as empresas já apresentavam bons resultados antes da pandemia, e mesmo durante a pandemia o cenário permaneceu favorável. Por outro lado, os indicadores de endividamento sofreram ligeiros aumentos, aliado à maior necessidade de capital de terceiros. Os indicadores de criação de valor também apresentaram resultados favoráveis, com destaque para o preço/lucro, que evidenciou retornos mais rápidos aos investidores. Por fim, o teste t de Student demonstrou que a maioria das diferenças significativas se concentraram no primeiro período de análise, momento em que as medidas contra a pandemia foram mais severas, mas que alguns indicadores tiveram resultados melhores, a exemplo do crescimento sustentável e do retorno do ativo.



## **AT3 – 41225: INVESTIMENTO ESTRANGEIRO E AGRESSIVIDADE FISCAL DAS COMPANHIAS LISTADAS NA BRASIL, BOLSA, BALCÃO**

### **HLDO MÁRIO BATISTA ALCÂNTARA**

Universidade Federal da Bahia – UFBA

E-mail: [hildoalcantara@gmail.com](mailto:hildoalcantara@gmail.com)

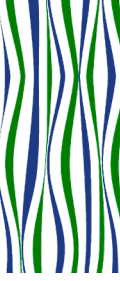
### **JORGE DE SOUZA BISPO**

Universidade Federal da Bahia – UFBA

E-mail: [jorge.bispo@ufba.br](mailto:jorge.bispo@ufba.br)

### **RESUMO**

A literatura indica que pode haver uma relação entre a agressividade fiscal e o planejamento tributário internacional. Este artigo tem o objetivo de verificar se as companhias listadas no Brasil, Bolsa, Balcão, B3, que possuem empresas estrangeiras como principais acionistas são mais agressivas fiscalmente em relação às companhias com principais acionistas nacionais. A coleta dos dados ocorreu por meio de informações societárias, contábeis e financeiras extraídas da base de dados Economática® abrangendo o período de 31 de dezembro de 2017 a 31 de dezembro de 2021. O tratamento estatístico foi por regressão linear múltipla pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Os resultados apontaram que não há relevância estatística entre a agressividade fiscal e empresas que possuem empresas estrangeiras como principais acionistas, mas aponta que a agressividade fiscal possui relação com o tamanho da companhia



## AT3 – 41156: ESG BONDS: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA

### MARCO LUCAS ALVARENGA DE SOUZA

Pricewaterhouse Coopers - PWC

E-mail: [marco.alvarenga@pwc.com](mailto:marco.alvarenga@pwc.com)

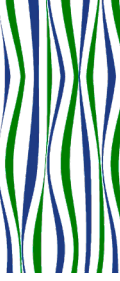
### LUDMILA DE MELO SOUZA

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [ludmilamelo@unb.br](mailto:ludmilamelo@unb.br)

### RESUMO

O presente estudo tem como enfoque principal analisar a relação entre as características dos títulos temáticos ESG (*ESG Bonds*) emitidos no Brasil e as características das empresas emitentes entre os anos de 2015 e 2021. O trabalho foi dividido em cinco capítulos, sendo eles introdução, referencial teórico, metodologia, análise dos resultados e considerações finais. Para realização do proposto estudo, foram identificadas e catalogadas variáveis qualitativas e quantitativas relacionadas tanto aos títulos emitidos no período analisado quanto às entidades emitentes. Posteriormente à coleta dos dados, adotou-se como procedimentos de análise a utilização e extração de estatísticas descritivas para um melhor entendimento do perfil e das características das emissões mapeadas. Adicionalmente à utilização das estatísticas descritivas, optou-se por realizar uma análise de correspondência múltipla para as variáveis qualitativas enquanto, para as variáveis quantitativas, foi realizada uma análise de variância e uma regressão linear. É válido destacar que para os procedimentos de estatísticas descritivas e a análise de correspondência múltipla, foram consideradas todas as entidades emitentes sendo elas de capital aberto ou capital fechado. Em contrapartida, para a análise de variância e de regressão linear optou-se por utilizar apenas as informações quantitativas das entidades emitentes listadas, haja vista a dificuldade para identificar e localizar as informações financeiras das não listadas de maneira pública. Primeiramente, identificou-se uma possível existência de relação entre a dívida de uma entidade e a emissão de títulos verdes. Além disso, foi verificado que, em média, as empresas de maior porte não parecem configurar entre os emissores com melhores *rating* ESG. Por fim, deixa-se margem para o aprimoramento do estudo realizado, assim como novas abordagens para exploração de assuntos que podem futuramente agregar a ele.



## AT3 – 41197: DIVULGAÇÕES FINANCEIRAS SOBRE BENEFÍCIOS DEFINIDOS NO MERCADO BRASILEIRO

### MARIA LIZETE DA SILVEIRA

PPGCONT – UnB

E-mail: mlizet@gmail.com

### OTÁVIO RIBEIRO DE MEDEIROS

PPGCONT – UnB

E-mail: otameds@gmail.com

### ÁLVARO BRANGANÇA MARQUES

FACE – UnB

E-mail: alvaro.branganca@gmail.com

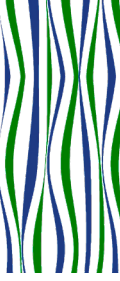
### LUCAS JOSÉ SILVA DA SILVEIRA

ESALq/UsP

E-mail: lukesilveira@gmail.com

## RESUMO

O objetivo do Relatório Financeiro é produzir informações úteis para tomada de decisões econômicas de seus usuários (CPC, 2018). A Teoria da Agência, contudo, expõe certo conflito de interesse dos responsáveis pela divulgação destes relatórios quanto ao cumprimento deste objetivo. Para mitigar este risco, os reguladores desenvolvem normativos que asseguram a adequada divulgação destes subsídios. Neste sentido, este estudo avalia o cumprimento das divulgações exigidas pela revisão do CPC 33 (R1) que trata dos Benefícios Definidos (BD). Para tanto, foi analisado o *disclosure* sobre Benefícios a Empregados, das empresas listadas no IBrX que detinham obrigações pós-laborais, entre 2013 e 2019 em seus relatórios financeiros e desenvolvido Índice de Divulgação Geral (ID) para aferir a conformidade deste Regulamento, pelas empresas abrangidas juntamente com testes estatísticos descritivos e econométricos. A divulgação das informações enunciadas no CPC 33 (R1) é relevante em razão dos riscos relativos ao plano BD, no entanto, concluiu-se que as empresas, em geral, evidenciam, em média, 50% das informações requeridas, porém vêm aumentando seu *stakeholders* ao longo do período. Foi verificado, também, que há uma relação negativa entre ID e tamanho dos ativos e positiva com relação ao valor de mercado.



## **AT3 – 41204: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA LITERATURA BRASILEIRA SOBRE GERENCIAMENTO DE RESULTADOS**

### **ANTÔNIO JOSÉ ROSA DA SILVA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [ajosers@hotmail.com](mailto:ajosers@hotmail.com)

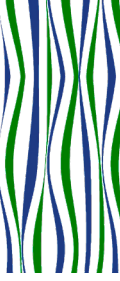
### **DANIELLE MONTENEGRO SALAMONE NUNES**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [dmontenegro@unb.br](mailto:dmontenegro@unb.br)

### **RESUMO**

Este estudo teve como objetivo investigar a evolução da pesquisa nacional sobre Gerenciamento de Resultados através da coleta de artigos publicados nos periódicos brasileiros e disponíveis no Portal Periódicos CAPES sem delimitar recorte temporal, traçando um panorama da evolução. Para alcançar o objetivo, foi realizado levantamento dos aspectos bibliométricos de artigos nacionais sobre o tema, utilizou-se as leis de Lotka e Bradford para analisar a produtividade dos autores e periódicos na área, respectivamente, além de analisar a evolução das pesquisas ao longo dos anos. Os resultados apontaram 228 artigos coletados que começam no ano de 2003 e vão até 2022, sendo o ano 2019 o que teve o maior número de publicações (26 artigos), a Revista Contabilidade & Finanças, ISSN 1519- 7077, é o periódico com maior número de publicações, 16 observadas no total. Esta investigação observou a contribuição de 422 autores por contagem completa, sendo que 72,51% dos autores contribuíram em apenas um artigo. Os achados desta investigação contribuem para ressaltar que a pesquisa sobre Gerenciamento de Resultados continua progredindo no Brasil, com o auxílio das pequenas colaborações de diversos pesquisadores, revelam os autores e periódicos que se destacam em quantidade de publicações.



## AT3 – 41218: A FRAUDE DE HOJE É O GERENCIAMENTO DE RESULTADOS DE AMANHÃ?

### **KRISLÂNE MARIA PEREIRA MESQUITA**

Universidade Federal de Goiás – UFG

E-mail: kris\_mesquita@ufg.br

### **MAURICIO SOARES DE FARIA JUNIOR**

Universidade Federal de Goiás – UFG

E-mail: msoaresdefariajunior@gmail.com

### **ERCÍLIO ZANOLLA**

Universidade Federal de Goiás – UFG

E-mail: zanolla@ufg.br

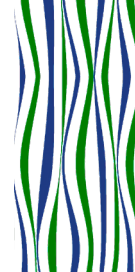
### **MICHELE RÍLANY RODRIGUES MACHADO**

Universidade Federal de Goiás – UFG

E-mail: michelemachado@ufg.br

## RESUMO

A pesquisa investigou a probabilidade de ocorrência de fraudes corporativas nos ambientes com Gerenciamento de Resultados (GR) em instituições financeiras brasileiras. Foram analisados dados de 96 bancos brasileiros de capital aberto e fechado durante o período de 2009 a 2020. Primeiramente, foi verificado se tais instituições fazem o uso da prática de GR. Utilizou-se como *proxy* a parcela discricionária da despesa com PCLD, com base nos percentuais da Resolução CMN nº 2.682/99. Foi utilizada a regressão de dados em painel com efeitos fixos, que confirmou o uso da parcela discricionária da PCLD para GR. Por fim, foi estimado o modelo de regressão logística de dados em painel com efeitos aleatórios robustos, que confirmou que instituições bancárias com ambiente anterior de GR possuem maior probabilidade de ocorrência de fraudes corporativas em períodos futuros. Como resultado, foi constatado um sinal positivo e estatisticamente significativo para a defasagem em dois e três trimestres, indicando que ambientes com GR anterior tendem a ter uma maior probabilidade de ocorrência de fraudes corporativas. O trabalho contribui com os estudos acadêmicos relacionados à fraude e ao gerenciamento de resultados no Brasil ao defasar as variáveis, considerando que a fraude e o Gerenciamento de Resultados podem ocorrer em períodos distintos.



## AT3 – 41222: A TRANSIÇÃO DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE PARA A ESTRUTURA CONCEITUAL

### UMA ANÁLISE CRÍTICO REFLEXIVA

#### FRANCIELLE RODRIGUES VOLTARELLI

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [francielle.freitas@unioeste.br](mailto:francielle.freitas@unioeste.br)

#### JORGE KATSUMI NIYAMA

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [jkatsumi@unb.br](mailto:jkatsumi@unb.br)

#### RESUMO

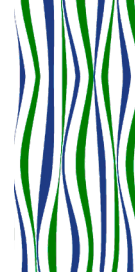
O objetivo deste ensaio consistiu em analisar o processo de transição dos princípios fundamentais de contabilidade da Resolução 750/93 do CFC para a estrutura conceitual, abrangida no Brasil pelo CPC 00. Para tanto, foi desenvolvido um ensaio teórico, que permite analisar o contexto evolutivo dos princípios contábeis a partir de diversas abordagens histórica, comparativa e interpretativa, buscando obter uma análise crítica-reflexiva. A discussão permeou em torno do desenvolvimento internacional dos princípios contábeis, levando a busca por uma estrutura conceitual, seguido do desenvolvimento dos princípios no contexto nacional e os reflexos nesses com a adesão às normas internacionais de contabilidade. Em seguida, realizou-se a aproximação das abordagens teóricas dos princípios fundamentais contabilidade refletidos no texto da estrutura conceitual do CPC 00. Concluiu-se que os princípios fundamentais de contabilidade abrangidos pela resolução do CFC nº 750/93, apesar de revogados em 2016, permanecem presentes nos textos do CPC 00, contribuindo conceitualmente com os profissionais na orientação para elaboração das demonstrações contábeis.

## **AT 4 – CONTABILIDADE E FINANÇAS**

**COORDENADOR DE ÁREA – AT 4**

**PROF. DR. SILVIO HIROSHI NAKAO**

Possui Livre-Docência pela Universidade de São Paulo (2013), Pós-Doutorado (Visiting Scholar) pela The University of Sydney (2012-2013) Doutorado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (2003), Mestrado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (2000), Graduação em Contabilidade pela Universidade de São Paulo (1996) e Graduação em Administração de Empresas pela Universidade de Ribeirão Preto (1992). Atualmente é Professor Associado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto - FEA-RP Universidade de São Paulo.



## AT4 – 41027: AS PRÁTICAS ESG IMPORTAM? UMA ANÁLISE DA ESTRUTURA DE CAPITAL EM EMPRESAS LATINO-AMERICANAS

### **GEOVANE CAMILO DOS SANTOS**

Universidade Federal de Uberlândia – UFU  
E-mail: [geovane\\_camilo@yahoo.com.br](mailto:geovane_camilo@yahoo.com.br)

### **PATRÍCIA PAIN**

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES  
E-mail: [patricia-pain@hotmail.com](mailto:patricia-pain@hotmail.com)

### **LUIZ PAULO LOPES FÁVERO**

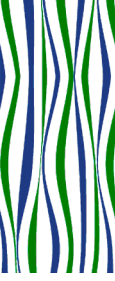
Universidade de São Paulo – USP  
E-mail: [lpfavero@usp.br](mailto:lpfavero@usp.br)

### **VAGNER ANTÔNIO MARQUES**

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES  
E-mail: [vagner.marques@ufes.br](mailto:vagner.marques@ufes.br)

## RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar a associação entre o índice de práticas ESG (Environmental, Social, and Corporate Governance) e a estrutura de capital das empresas listadas nas bolsas de valores da América Latina. Este estudo, de natureza quantitativa e com a utilização de estatística descritiva, testes de diferenças entre as médias e análise de regressão com dados em painel, analisou dados de 240 empresas, totalizando 1.584 observações (empresa/ano), referentes ao período de 2010 a 2021. Os resultados evidenciaram que existe uma associação positiva entre o índice de práticas ESG e a estrutura de capital total e de longo prazo. Estes resultados convergem com a proposição da Teoria da Agência, pois companhias com melhores índices de práticas ESG têm maior participação de capital de terceiros entre suas fontes de financiamento. Assim, este estudo contribui com gestores para a percepção de que a adoção de mais práticas ESG pode remover suspeitas sobre a transferência de riqueza. Observou-se ainda a existência de diferenças significativas entre os países. O estudo também apresenta contribuição teórica, visto que os demais não comparam países da América Latina, sendo que esta tem relevância econômica, uma vez que são crescentes as justificativas para a importância da adoção de práticas ESG nos mesmos.



## AT4 – 41250: ANÁLISE DOS EFEITOS COMPORTAMENTAIS CAUSADOS PELAS REDES SOCIAIS NA DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

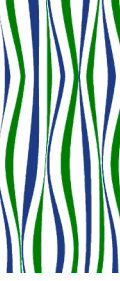
**ARTHUR MESQUITA CAMARGO**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [arthurmesquita@gmail.com](mailto:arthurmesquita@gmail.com)

### RESUMO

As teleconferências são um veículo de divulgação voluntária realizada por empresas listadas no mercado de bolsa que tem como objetivo construir uma narrativa contábil que explique os resultados da companhia e as perspectivas para o próximo ano. De maneira semelhante e mais contemporâneo, um movimento tem surgido, por parte das empresas, de realizar esse tipo de divulgação por meio das redes sociais. O objetivo dessa pesquisa é verificar os efeitos do ambiente das redes sociais sobre o tom da informação dos executivos que divulgam informações financeiras trimestrais por meio de uma comparação entre a divulgação trimestral feita por meio das tradicionais teleconferências e aquelas divulgadas por meio de *lives* em redes sociais. Como resultado, evidenciou-se que os executivos que reportaram os resultados por meio das redes sociais tendem a ter um comportamento mais prudente (tom mais negativo) em comparação aos discursos realizados em teleconferências. Infere-se que em decorrência da presença de pessoas distintas e desconhecidas e de um público elevado, o apresentador tende a se conter em realizar inferências mais positivas.



## AT4 – 41249: A RELAÇÃO DA ESTRUTURA DE DÍVIDA COM OS RATINGS

### CAROLINA ALVES DE SOUSA

Universidade Federal de Goiás – UFG

E-mail: [carolina.alvesdsousa@gmail.com](mailto:carolina.alvesdsousa@gmail.com)

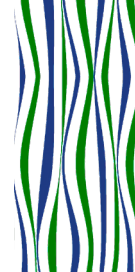
### CAMILA ARAÚJO MACHADO

Universidade Federal de Goiás – UFG

E-mail: [camilamachado@ufg.br](mailto:camilamachado@ufg.br)

### RESUMO

Esta pesquisa objetivou analisar a relação da estrutura de dívida das empresas com a avaliação do seu risco de crédito pelos analistas das agências de *rating*. E assim, verificar se houve modificações na estrutura de dívida e na qualidade de crédito das empresas durante a Covid-19. Para isso foram analisadas 29 empresas que tiveram alteração em seu *rating* no período de 2018 a 2021. A pesquisa realizou análises com modelo de regressão logística. Os resultados identificaram que as empresas classificadas no grau especulativo tendem a ter uma estrutura de dívida heterogênea, enquanto as classificadas no grau de investimento apresentaram uma estrutura homogênea.



## AT4 – 41223: VIÉS *STATUS-QUO* NA TOMADA DE DECISÃO DOS ACADÊMICOS DE GRADUAÇÃO

### JOÃO VINÍCIUS SOARES EVANGELISTA

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: joavinicius19@gmail.com

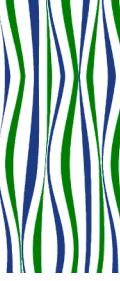
### Dra. FRANCISCA APARECIDA DE SOUZA

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: fsouza@unb.br

### RESUMO

O pressuposto da teoria financeira moderna é de que todos os agentes econômicos agem de forma racional. No entanto, as finanças comportamentais questionam essa suposição, uma vez que vários fatores psicológicos, como o viés *status-quo*, afetam a racionalidade de um indivíduo. O objetivo deste estudo é identificar como os acadêmicos de graduação de uma Instituição Federal de Ensino Superior se comportam diante da opção de manter ou alterar uma decisão anterior. Para tanto, dois questionários foram elaborados com questões baseadas no estudo de Samuelson e Zeckhouser (1988), uma envolvendo o investimento de recursos e outra envolvendo a cor de um dispositivo eletrônico. Cada questionário está dividido em duas partes, a primeira é sobre perfil do respondente, e a segunda parte apresenta questões sobre o viés *status-quo*. Os questionários foram aplicados numa amostra de 326 respondentes. O resultado mostra que dois terços dos respondentes apresentaram o viés comportamental. Para as análises o teste estatístico qui-quadrado foi realizado na associação entre as variáveis, gênero, idade, semestre, curso e tipo de questionário, no entanto, os resultados não apresentaram significância. O estudo busca contribuir com discussões sobre as finanças comportamentais.



## AT4 – 41229:ESTRUTURA DE CAPITAL E COMPETIVIDADE SETORIAL EM EMPRESAS LISTADAS NA B3 DURANTE A CRISE DO COVID-19

### GABRIELLY MENDES COSTA

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
E-mail: [gabriellymendescosta@hotmail.com](mailto:gabriellymendescosta@hotmail.com)

### JULIANO LIMA PINHEIRO

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
E-mail: [julianopinheiro@face.ufmg.br](mailto:julianopinheiro@face.ufmg.br)

### WAGNER MOURA LAMOUNIER

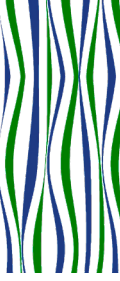
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
E-mail: [wagner@face.ufmg.br](mailto:wagner@face.ufmg.br)

### VALÉRIA GAMA FULLY BRESSAN

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
E-mail: [valeria.fully@gmail.com](mailto:valeria.fully@gmail.com)

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é avaliar a influência da crise sanitária da Covid-19 e da competição de mercado dos diferentes setores na estrutura de capital das empresas brasileiras. Apoiado nas teorias de *trade-off* e *pecking order*, utilizou-se uma amostra de empresas brasileiras listadas na B3, referente ao 1º trimestre de 2018 ao 2º trimestre de 2022. As variáveis determinantes da estrutura de capital utilizadas foram: rentabilidade, tamanho, tangibilidade, composição dos ativos, crescimento, a *proxy* de competitividade, foi medida pelo índice de Herfindahl-Hirschman e a Dummy da crise Covid-19. O método empregado devido à presença de heterocedasticidade e autocorrelação, foi a regressão por Mínimos Quadrados Generalizados Factíveis. Os resultados apoiaram as dinâmicas de endividamento frente ao *pecking order*, onde com maiores retornos tendem a precisar menos de captação de recursos externos e ao *trade-off*, mostrando que a relação com maior tangibilidade e firmas maiores geralmente têm maiores facilidades em conseguir financiamentos. Sobre a crise da Covid-19, conclui-se que ela teve influência positiva analisada pelo setor de mercado. A pesquisa contribui para um melhor entendimento das estruturas de capital frente ao *trade-off* e *pecking order* e a crise sanitária da Covid-19.



## AT4 – 41162: O USO DE DERIVATIVOS CLIMÁTICOS NO MERCADO FINANCEIRO BRASILEIRO

### STÉPHANIE CRISTINA GARCIA TRAPP PASSOS

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [stephaniecgt@gmail.com](mailto:stephaniecgt@gmail.com)

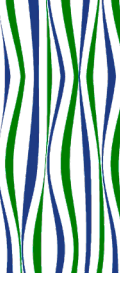
### BRUNO VINÍCIUS RAMOS FERNANDES

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [brunoramos@unb.br](mailto:brunoramos@unb.br)

### RESUMO

Derivativos são utilizados como proteção (*hedge*) a eventuais riscos operacionais, financeiros ou ambientais. Neste último, alguns setores são mais prejudicados por mudanças climáticas repentinas, impactando o desempenho financeiro. Assim, surgiu um instrumento derivativo com indexadores de fatores climáticos (temperatura, precipitação, vegetação etc.) para proteção patrimonial. Internacionalmente, este mercado está em crescimento e com forte participação acadêmica. Deste modo, buscou-se analisar os principais pontos sobre derivativos climáticos para entender a percepção das empresas brasileiras sobre os riscos climáticos e possível uso do instrumento. Foram analisadas as demonstrações financeiras de 2020, de 204 empresas do “Novo Mercado” na B3. Procurando determinar quantas possuem derivativos, quais instrumentos e principais motivações. Dentre a amostra, não se encontrou indícios sobre o uso de derivativos climáticos. Porém, 16% relataram terem suas operações impactadas por fatores climáticos. Mesmo com a percepção desse risco as empresas não realizam operações de *hedge* com instrumento financeiro. Como o Brasil tem grande presença econômica nos segmentos mais impactados por variações climáticas (Agronegócio, Energia e Turismo) um incentivo para a aderência destas empresas é de extrema relevância para proteção do patrimônio.



## AT4 – 41029: VALUE RELEVANCE DE ATIVOS INTANGÍVEIS E INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS

### **JULIO HENRIQUE MACHADO**

Fucape Business School

E-mail: [julio@primefinancas.com](mailto:julio@primefinancas.com)

### **FERNANDO CAIO GALDI**

Fucape Business School

E-mail: [fernando.galdi@fucape.br](mailto:fernando.galdi@fucape.br)

### **RESUMO**

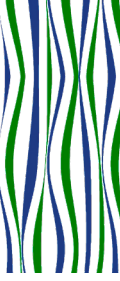
O objetivo do trabalho foi verificar a influência da internacionalização das empresas sobre a *value relevance* de ativos intangíveis. Tal proposta foi concebida a partir de evidências que indicam que (i) a *value relevance* de ativos intangíveis é mais forte em mercados desenvolvidos do que em mercados emergentes, e (ii) a elevada participação de investidores estrangeiros na bolsa brasileira faz com que o mercado local sofra grande influência desses agentes. A amostra foi composta por 94 empresas brasileiras de capital aberto, considerando o período entre 2012 a 2021. Foram efetuadas adaptações ao modelo de Ohlson (1995) e processadas as informações históricas meio de regressão linear com dados em painel e controle de efeitos fixos. Os resultados demonstraram que os ativos intangíveis capitalizados no Balanço Patrimonial são relevantes para o mercado, com exceção do *goodwill*. Também demonstraram que há relevância nos ativos intangíveis registrados na Demonstração do Resultado, como despesas SG&A, pesquisa e desenvolvimento e publicidade e propaganda. O modelo econométrico que contém a variável ADR como medida de internacionalização obteve resultados mais significativos em favor da *value relevance* de ativos intangíveis. Em análise adicional, a regressão para o grupo de empresas com ADR retornou maior significância para ativos intangíveis do que para o grupo sem ADR. O trabalho contribui com o meio acadêmico, agentes reguladores e investidores no sentido de auxiliar no entendimento da relevância de ativos intangíveis para o mercado de capitais.

# **AT 5 – CONTABILIDADE E GOVERNANÇA**

**COORDENADOR DE ÁREA – AT 5**

**PROF. DR. ALDO LEONARDO CUNHA CALLADO**

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Ceará, Especialista em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Administração na área de Finanças de Empresas pela Universidade Federal da Paraíba e Doutor em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Associado do Departamento de Finanças e Contabilidade da Universidade Federal da Paraíba. Atua como Professor Permanente nos Programas de Pós-Graduação em Administração e em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba e no Programa de Pós-Graduação em Controladoria da Universidade Federal Rural de Pernambuco.



## AT5 – 41102: A INFLUÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NO RELATO INTEGRADO

### CHRISTIANE CARVALHO VELOSO

Fucape Business School

E-mail: [prof.chriscarvalho@hotmail.com](mailto:prof.chriscarvalho@hotmail.com)

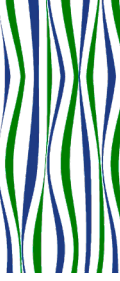
### VALCEMIRO NOSSA

Fucape Business School

E-mail: [valcemiro@fucape.br](mailto:valcemiro@fucape.br)

### RESUMO

O Relato Integrado (RI) é a mais recente inovação quando se trata de Relatórios Corporativos, pois tem proporcionado valor para as empresas. Por ser uma temática recente, o RI tem sido discutido tanto no campo profissional quanto no meio acadêmico. Contudo, apesar das pesquisas anteriores analisarem muitos aspectos no que diz respeito à qualidade dos relatórios integrados e seus determinantes, ainda é um conteúdo pouco explorado. Desta forma, este estudo tem o intuito de averiguar quais são os impactos das características do Conselho de Administração (CA) na qualidade dos Relatos Integrados das companhias de capital aberto listadas na Bolsa de Valores Brasileira (B3). Para isso, utilizou-se um modelo econométrico apresentando como variável dependente a qualidade do RI e como variáveis explicativas a composição do CA e seus atributos nas empresas de capital aberto da B3 compondo uma amostra de 35 firmas brasileiras. Os achados apontam que as entidades do Brasil que divulgam informações através do RI apresentam características parecidas, logo o presente estudo contribui para fundamentar a Teoria Institucional, atentando que os resultados da pesquisa orientam as empresas para reestruturarem os seus conselhos e suas características, outrossim um planejamento mais alinhado com a demandas por qualidade dos Relatos Integrados.



## **AT5 – 41145: GOVERNANÇA CORPORATIVA E O DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS MAIORES EMPRESAS BRASILEIRAS**

### **ANTONIO RODRIGUES ALBUQUERQUE FILHO**

Centro Universitário Estácio do Ceará – FIC

E-mail: [antoniofilhoufc@hotmail.com](mailto:antoniofilhoufc@hotmail.com)

### **PAULO HENRIQUE VIEIRA GOMES**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [phgomes@live.com](mailto:phgomes@live.com)

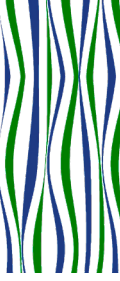
### **MARIA MACILÉYA AZEVEDO FREIRE**

Centro Universitário Estácio do Ceará – FIC

E-mail: [macileya@hotmail.com](mailto:macileya@hotmail.com)

### **RESUMO**

Esse artigo tem como objetivo analisar a influência da governança corporativa no desempenho econômico-financeiro das maiores empresas brasileiras de capital aberto listada na B3. A amostra utilizada compreende 81 empresas com informações contábeis e financeiras disponíveis para o período de 2015 a 2020. Como *proxies* para a análise do desempenho foi utilizado o ROA, como medida de desempenho financeiro e o Q de Tobin, como medida de desempenho de mercado. As eficiências foram então submetidas a uma regressão linear múltipla com dados em painel para verificar a influência da governança corporativa no desempenho econômico-financeiro. Os resultados indicam que a governança corporativa se associa positivamente com o desempenho econômico-financeiro das empresas, confirmando as hipóteses do estudo (H1 e H2).



## AT5 – 41227: ANÁLISE DO PORQUÊ EMPRESAS BRASILEIRAS UTILIZAM AÇÕES PN

### **POLIANA MARIA RAMOS**

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES  
E-mail: polianamramos@gmail.com

### **MARCELO ALVARO DA SILVA MACEDO**

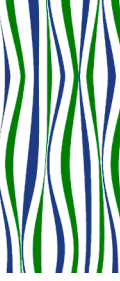
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ  
E-mail: malvaro.facc.ufrj@gmail.com

### **PATRÍCIA MARIA BORTOLON**

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES  
E-mail: patricia.bortolon@ufes.br

### **RESUMO**

O objetivo principal dessa pesquisa foi investigar as justificativas das empresas brasileiras para a não adoção do princípio “uma ação, um voto”. Foram 306 justificativas do Informe do Código de Governança de empresas listadas na [B]<sup>3</sup> com ações PN, no período de 2018 a 2020, analisadas através de codificação manual e do *software* MAXQDA. Também foram realizadas sete entrevistas semiestruturadas com representantes da área de RI analisadas através do MAXQDA. No Informe, as empresas se justificam baseadas em normas e regulamentos que permitem a emissão de ações PN (53%) e apenas 8% mencionam razões para a não adoção, mas a maioria segue as recomendações do CBGC (2016). As entrevistas confirmaram as razões já previstas na literatura e trouxeram novas descobertas ao observar que as empresas ainda utilizarem ações PN devido à dificuldade e o custo envolvido para adoção da prática e porque há investidores interessados em ações PN, além da estrutura de classe dupla favorecer a manutenção do planejamento estratégico da companhia. A pesquisa contribui com o órgão regulador trazendo mais informações sobre a qualidade do cumprimento a uma obrigação regulatória, apresenta para o mercado e investidores razões que levam as empresas a adotarem ações PN e traz para a literatura novos achados.



## **AT5 – 41158:INTER-RELAÇÃO ENTRE A INTANGIBILIDADE E A COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS BRASILEIRAS**

### **ANTONIO RODRIGUES ALBUQUERQUE FILHO**

Centro Universitário Estácio do Ceará – FIC

E-mail: antoniofilhoufc@hotmail.com

### **MARIA MACILÉYA AZEVEDO FREIRE**

Centro Universitário Estácio do Ceará – FIC

E-mail:macileya@hotmail.com

### **PAULO HENRIQUE VIEIRA GOMES**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail:phgomes@live.com

### **RESUMO**

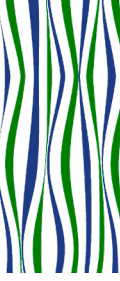
Com o objetivo de analisar a influência da intangibilidade na competitividade das empresas industriais brasileiras, realizou-se um estudo descritivo, documental de abordagem quantitativa dos dados, considerando a amostra de 58 empresas brasileiras listadas da Brasil, Bolsa, Balcão (B3) S.A. no interregno de 2015 a 2020. A análise dos dados decorreu-se em realização de estatística descritiva, além de aplicação de regressão linear múltipla com dados em painel para verificar a influência entre as variáveis de estudo. A partir dos resultados apresentados, verificou-se que a intangibilidade influencia a competitividade das empresas industriais brasileiras, desta forma, pode-se aceitar a hipótese firmada. Nesse ínterim, permitiu-se compreender a relação existente neste âmbito ao se falar do setor industrial, desta forma, possibilitando que sejam evidenciadas informações sobre aspectos organizacionais que direcionam o acionista para a melhor tomada de decisão que, em geral, busca organizações que apresentem maior possibilidade de crescimento ou diferencial que agregue no futuro da entidade.

# **AT 6 – CONTABILIDADE GERENCIAL E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES**

**COORDENADOR DE ÁREA – AT 6**

**PROF. DR. ANDSON BRAGA DE AGUIAR**

Professor Associado da Universidade de São Paulo (EAC/FEA/USP). Professor Visitante na University of Waterloo (2016-2017). Doutor em Contabilidade pela Universidade de São Paulo. Pesquisador visitante RSM Erasmus University (2007-2008). Bolsista Capes-Demanda Social, Capes-Estágio no Exterior, FAPESP-Mestrado e Doutorado, FAPESP-Auxílio Regular, IMA (Institute of Management Accountants), e Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras.



## IC – AT6 – 41164: ASSOCIAÇÃO ENTRE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E GOVERNANÇA CORPORATIVA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

### LUCIANO LUDOVICO MARIANO JÚNIOR

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [luciano19.unb@gmail.com](mailto:luciano19.unb@gmail.com)

### DRA. BEATRIZ FÁTIMA MORGAN

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [beatrizmorgan@unb.br](mailto:beatrizmorgan@unb.br)

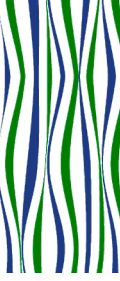
### DRA. LUDMILA DE MELO SOUZA

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [ludmilamel@unb.br](mailto:ludmilamel@unb.br)

### RESUMO

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) pode ser implantada pela Governança Corporativa (GC) como estratégia para compensar impactos de grandes corporações dentro da sociedade e pressões de mercado. Assim, o objetivo deste trabalho é testar a associação entre Responsabilidade Social Corporativa e Governança Corporativa. Para os testes, foram coletados dados de 408 empresas de capital aberto, entre os anos de 2010 a 2019, sendo duas variáveis para RSC - aderência ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e adequação às normas do Global Reporting Initiative (GRI), cinco variáveis para GC - Participação do Governo no Capital, Regulação Estatal, Níveis de Governança, Formação do Conselho de Administração e Concentração de Capital, e quatro variáveis de controle – Tamanho do Ativo, Lucro Líquido, Fluxo de Caixa Operacional e Volume de Negociação – além do setor de atuação. Os testes foram feitos através do *software* Stata, por meio de Regressão Logística. Os resultados mostram que ter participação do governo, níveis de governança mais avançados, tamanho do ativo e lucro são fatores que aumentam as chances de uma empresa ter RSC. No mais, a formação do conselho de administração e fluxo de caixa podem diminuir as chances de uma empresa ter RSC. Os setores não se mostraram tão significantes para a pesquisa.



## AT6 – 41025: UMA ANÁLISE SOBRE O DESEMPENHO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS NO *RANKING* DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E FISCAL

### **DIANA VAZ DE LIMA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [diana\\_lima@unb.br](mailto:diana_lima@unb.br)

### **RODRIGO PEREIRA NEVES**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [neves.rodrigo@aluno.unb.br](mailto:neves.rodrigo@aluno.unb.br)

### **CELINA COSTA LIMA DOS REIS**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [neves.rodrigo@aluno.unb.br](mailto:neves.rodrigo@aluno.unb.br)

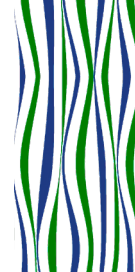
### **GUSTAVO FERREIRA FIALHO**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [gustavo.fialho@aluno.unb.br](mailto:gustavo.fialho@aluno.unb.br)

### **RESUMO**

O objetivo geral deste estudo é analisar o desempenho dos municípios brasileiros no *Ranking* da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi (*Ranking*) e avaliar a percepção dos profissionais municipais sobre o tema. Para tanto, foi efetuada coleta documental e análise comparativa na base de dados da Secretaria do Tesouro Nacional envolvendo a população dos 5.568 municípios brasileiros relativa aos exercícios de 2020, 2021 e 2022, e aplicado questionário estruturado por meio de *call center* junto aos profissionais municipais responsáveis pelo envio dessas informações. Os achados da pesquisa mostram que a Dimensão IV (que faz uma análise comparada entre a declaração de contas anuais, matriz de saldos contábeis e relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal), foi a que apresentou o menor percentual de acertos no triênio, revelando problemas na consistência dos dados quando as informações entre relatórios diferentes são comparadas. Sobre o questionário aplicado, mais de 40% dos respondentes desconheciam a existência do *Ranking* e, mesmo onde ele era conhecido não foram feitas ações para melhorar a colocação do município, revelando o desconhecimento ou desinteresse dos profissionais e dos gestores municipais sobre a importância do *Ranking* no contexto de indicadores da qualidade da informação contábil municipal.



## AT6 – 40972: CONSTRUÇÃO DO SIAFIC: O PROFISSIONAL CONTÁBIL DO SETOR PÚBLICO COMO *PRODUCT OWNER*

### ADROALDO SILVEIRA ARAGÃO FILHO

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: adroaldoaragao@yahoo.com.br

### DIANA VAZ DE LIMA

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: diana\_lima@unb.br

### RODRIGO PEREIRA NEVES

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: neves.rodriigo@aluno.unb.br

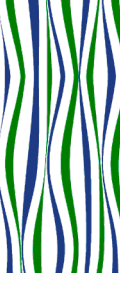
### WARLEM LUIZ MIRANDA

Universidade de Vila Velha – UVV

E-mail: warleluizmiranda@hotmail.com

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo apresentar as ações envolvidas no desenvolvimento de *softwares* contábeis e o papel do profissional contábil do setor público como *Product Owner* (PO) na construção do sistema único e integrado de execução orçamentária, administração financeira e controle (SIAFIC). Para tratar a questão de pesquisa, a partir de suas prerrogativas profissionais, será analisada a atuação do profissional contábil como PO baseado na literatura de métodos ágeis (Scrum) para desenvolvimento de *software*, com ênfase no gerenciamento do *Backlog* do SIAFIC, a criação e a priorização dos seus itens. A equipe da pesquisa também contou com a colaboração de um profissional contábil que há 30 anos atua na construção de sistemas contábeis do setor público e que atualmente vem exercendo o papel de PO em uma empresa que presta consultoria em SIAFIC. Os achados da pesquisa mostram que, para atuar como PO do SIAFIC é necessário que o profissional contábil tenha conhecimento em contabilidade aplicada ao setor público, em análise de requisitos, em metodologia Scrum e em linguagem de programação. Quanto às habilidades desejadas, o estudo identificou que são necessários que o profissional saiba se comunicar, tenha a visão de regra de negócio (*Backlog*), conheça o produto (SIAFIC) e busque constantemente a reciclagem profissional.



## AT6 – 41254: EFEITOS DO FORMATO DE RELATÓRIO E HABILIDADE NUMÉRICA NA LENIÊNCIA E COMPACTAÇÃO: IMPLICAÇÕES DA CARGA COGNITIVA

### LARISSA SCARLET DE MELO ALENCAR

Universidade Estadual da Paraíba

E-mail: [scarletdemelo12@gmail.com](mailto:scarletdemelo12@gmail.com)

### MAMADOU DIENG

Universidade Estadual da Paraíba

E-mail: [mamadou@servidor.uepb.edu.br](mailto:mamadou@servidor.uepb.edu.br)

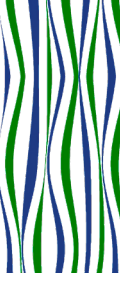
### RICARDO SUAVE

Universidade Estadual da Paraíba

E-mail: [ricardosuave@outlook.com](mailto:ricardosuave@outlook.com)

### RESUMO

Este estudo examinou os efeitos da habilidade numérica e formato de relatório de desempenho do tipo *Balanced Scorecard* Sustentável. Foi realizado um experimento de laboratório do tipo de desenho fatorial 2 x 2, com uma amostra de 79 estudantes de graduação dos cursos de Administração de Empresas e Ciências Contábeis de uma universidade pública da região nordeste do Brasil, no qual a variável formato foi manipulada em tabela e gráfico; a variável habilidade numérica foi mensurada em nível alto e baixo e as variáveis dependentes leniência e compactação foram medidas média e diferença absoluta da avaliação baseada na atribuição de uma nota de uma escala 0 a 10, diante de um cenário de avaliação de desempenho de gerentes de fábricas. O estudo revelou que os efeitos do formato de apresentação, habilidade numérica e interativos foram insignificantes na leniência corroborando com as evidências encontradas por Maas e Verdoorn (2007) sobre a ausência de efeitos do formato de relatório. No entanto, sobre a compactação, constatou-se o efeito marginal do formato de relatório de desempenho. Adicionalmente, os resultados revelaram que o efeito da carga cognitiva encontrado por Cauvin, Neumann & Roberts (2010) não se verificou em um contexto de *Balanced Scorecard* Sustentável apresentado em formato de tabela.



## AT6 – 41243- APLICAÇÃO DO MÉTODO DELPHI NO MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS: ESTUDO DE CASO EM UM HOSPITAL PÚBLICO

### **Crisiane Teixeira da Silva**

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

E-mail: [crisiane.silva26@gmail.com](mailto:crisiane.silva26@gmail.com)

### **Gustavo Aguiar**

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

E-mail: [gustavo12012000@gmail.com](mailto:gustavo12012000@gmail.com)

### **Valmir Emil Hoffmann**

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

E-mail: [emil.hoffmann67@gmail.com](mailto:emil.hoffmann67@gmail.com)

### **RESUMO**

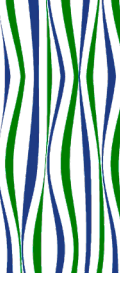
O objetivo do estudo foi mapear as competências consideradas necessárias em hospitais públicos federais, por meio do método Delphi. Para isso, a pesquisa fundamentou-se na literatura de gestão de competências no setor público. O estudo classifica-se como quantitativo, utilizando o método Delphi. A coleta de dados ocorreu em 2021 e os questionários foram aplicados em 22 especialistas, distribuídos entre Hospitais Públicos e Superintendências Estaduais. Foram realizadas duas rodadas de levantamento e confirmação de dados quanto às competências, sendo identificadas 16 competências após a aplicação do Delphi. O resultado do estudo apresenta que as competências: comunicação eficaz, comprometimento, criatividade, flexibilidade, gestão de riscos, inteligência emocional, liderar equipe, negociação, organização, orientação para resultados, persistência, proatividade, relacionamento interpessoal, resiliência, visão estratégica e visão sistêmica são consideradas essenciais para avaliação de desempenho na área meio dessas organizações. O estudo contribui com a literatura e prática sobre gestão de competências em órgãos públicos. Ressalta-se que essa pesquisa foi originada de um projeto de extensão, conciliando dados práticos com a teoria.

# **AT 7 – CONTABILIDADE E SETOR PÚBLICO**

**COORDENADORA DE ÁREA – AT 7**

**PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. LIDIANE NAZARÉ DA SILVA DIAS**

Pós-Doutoranda FEARP-USP; Pesquisadora e Professora Adjunta na Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Laboratório de Inovação e Controle no Setor Público (LAIC/UFPA) e integrante dos grupos de pesquisa “A Resiliência Financeira das Cidades Contemporâneas” (IEA/USP) e “Public Sector Accounting & Governance in Brazil” (PSAG/USP). Assessora e Consultora do Observatório Social de Belém.



## **AT7 – 41008: CONCEITO DE ATIVO E IMPLICAÇÕES PARA O SETOR PÚBLICO E O TERCEIRO SETOR**

### **RAYANE FARIAS DOS SANTOS**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [rayane.farias10@hotmail.com](mailto:rayane.farias10@hotmail.com)

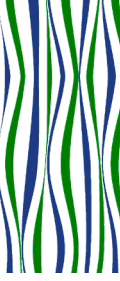
### **JORGE KATSUMI NIYAMA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [jorgekatsumi@gmail.com](mailto:jorgekatsumi@gmail.com)

### **RESUMO**

O presente estudo busca discutir, a partir de estruturas conceituais vigentes, os efeitos do conceito de ativo e sua implicação para a contabilização de elementos patrimoniais. Sua contribuição perante a literatura ocorre ao examinar a adequação e utilidade das prescrições dos normativos contábeis, fazendo uma comparação setorial das necessidades dos usuários da informação contábil em relação a conceituação atual de elementos patrimoniais e sua adequação às especificidades de cada setor. Para tal, foi realizada uma revisão literária sobre a evolução histórica do conceito de ativo, o conceito de ativo no setor público e no terceiro setor e suas implicações. Por meio dos achados literários e da discussão proposta é possível compreender que cada setor possui características específicas que precisam ser levadas em consideração. Além disso, os normatizadores e profissionais contábeis não deveriam simplesmente ignorar a contabilização de elementos patrimoniais que não satisfaçam a definição de ativo. Esses profissionais devem buscar soluções conceituais a partir da teoria contábil, prevalecendo o clamor por uma maior responsabilidade sobre a gestão dos bens com características mais específicas e que possuem valor além do aspecto financeiro, havendo a necessidade de ressignificação do conceito básico de elementos patrimoniais.



## 41021: EFEITOS DO NOVO REGIME NA DINÂMICA DE PAGAMENTOS DOS PRECATÓRIOS FEDERAIS

### **WESLEY MOURA BAZILIO**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: wesley.bazilio10@gmail.com

### **DIANA VAZ DE LIMA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: diana\_lima@unb.br

### **LUCAS OLIVEIRA GOMES FERREIRA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: anaisccgunb@gmail.com

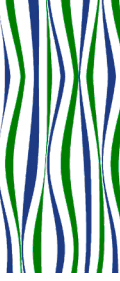
### **ANA CARLA RODRIGUES TEIXEIRA**

Instituto Federal de Brasília - IFB

E-mail: anacarlarart@gmail.com

### **RESUMO**

O objetivo deste estudo é analisar os efeitos do novo regime na dinâmica de pagamentos de Precatórios federais. Para isso, foi efetuado estudo exploratório composto por três etapas: (i) levantando informações relativas aos Precatórios Federais de acordo com os valores registrados na Lei Orçamentária Anual (LOA), no Balanço Geral da União (BGU), no banco de dados do Conselho da Justiça Federal (CJF) e nos bancos de dados dos Tribunais Regionais Federais; (ii) mapeando o deslocamento temporal da inclusão dos Precatórios na LOA a partir do novo regime de pagamento; e (iii) estimando o impacto das mudanças nas contas públicas federais. Entre outros achados, o estudo mostra que apenas R\$ 40 bilhões dos R\$ 89 bilhões devidos em 2022 a título de Precatórios federais serão pagos neste ano, superando o teto anteriormente estabelecido para o exercício seguinte. Constatou-se que existem discrepâncias nos bancos de dados relativos à LOA, BGU e CJF: como todos representam informações de natureza oficial, era esperado que as informações convergissem entre si. Finalmente, o estudo conclui que é preciso compreender os impactos fiscais da nova medida sobre as contas públicas, uma vez que ainda não está claro como ficará a quitação dos processos cujos pagamentos de Precatórios Federais foram atingidos pela Emenda Constitucional nº 114/2021.



## AT7 – 41045: A RELAÇÃO ENTRE IMPOSTOS E DISPÊNDIOS OBRIGATÓRIOS EM MUNICÍPIOS TURÍSTICOS DO ESTADO DE GOIÁS

### ANDERSON QUEIROZ LEMOS

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [anderson.lemos@ufersa.edu.br](mailto:anderson.lemos@ufersa.edu.br)

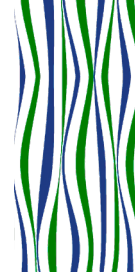
### IRAM LEANDRO DA SILVA

Universidade Federal Rural do Semiárido – UFRSA

E-mail: [professor.iram@ufg.br](mailto:professor.iram@ufg.br)

### RESUMO

O presente artigo objetivou analisar a relação entre a arrecadação de impostos de competência municipal e os dispêndios com pessoal, saúde e educação em municípios turísticos do estado de Goiás, à luz do controle interno. Coletaram-se dados nos *sites* impostômetro e Tribunal de Contas dos dez municípios turísticos mais visitados do estado de Goiás. Utilizando regressão com dados em painel verificou-se que a dependência dos dispêndios com pessoal, saúde e educação sobre a arrecadação de impostos é positiva e significativa no tempo. Utilizando análise de variância verificaram-se diferenças significativas entre as médias nos gastos com pessoal do Executivo, contudo, as médias das aplicações em saúde e educação são correspondentes. Conclui-se que o dispêndio com pessoal do Executivo margeia o limite máximo de gastos permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, e que a dependência deste gasto sobre a arrecadação de impostos é superior a das aplicações em saúde e educação, que somente atendem aos limites mínimos previstos em lei. A pesquisa apresenta um panorama recente dos gastos e aplicações públicos municipais de importantes destinos turísticos de Goiás, expondo a relação desses dispêndios com a arrecadação de impostos analisados à luz do controle interno quanto aos limites estabelecidos em lei.



## **AT7 – 41049: MODELO PARA MEDIÇÃO DA EFICIÊNCIA JUDICIÁRIA: SUA RELAÇÃO COM INDUTORES ORÇAMENTÁRIOS E A JUSTIÇA GRATUITA.**

### **AMUNDSEN DA SILVEIRA BONIFACIO**

FUCAPE

E-mail: [amudsen@hotmail.com](mailto:amudsen@hotmail.com)

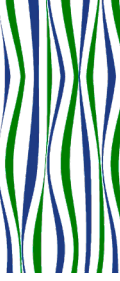
### **SILVANIA NOSSA**

FUCAPE

E-mail: [silvanianossa@fucape.br](mailto:silvanianossa@fucape.br)

### **RESUMO**

O Poder Judiciário independente e eficiente é um dos pilares fundamentais para o funcionamento dos regimes democráticos e para a segurança jurídica das pessoas, empresas e sociedade. O objetivo desta pesquisa é, na primeira etapa, construir o melhor modelo para estimar a eficiência judicial nas Cortes de Justiça Estaduais no Brasil, por meio da Análise Envoltória de Dados – DEA, com variáveis relativizadas. Na sequência, a segunda etapa da pesquisa analisou a relação das variáveis: nível de execução orçamentária, espaço orçamentário, autonomia financeira, receitas próprias e taxa de justiça gratuita, com a Eficiência Judiciária, mensurada no melhor modelo definido na etapa. Os resultados sugerem como modelo ideal para medição da Eficiência o Modelo D, não apenas porque possui média de eficiência superior, mas porque cumpre com os pressupostos para estimação DEA orientada ao *output*, com retorno de escala variável, além disso consegue capturar a diferença da tecnologia e do rito processual distinto entre as duas matérias que segregam suas saídas, criminais e não criminais. Resultados estatisticamente significativos indicam que nível de execução orçamentária, espaço orçamentário, autonomia financeira e arrecadação própria de recursos teriam relação positiva e significativa com a eficiência judicial. A justiça gratuita estaria relacionada positivamente com a eficiência judiciária, até determinado nível.



## AT7 – 41118:CONDICIONANTES DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL / FISCAL NO BRASIL

### **MAYSA ALVES CORREIA SILVA**

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

E-mail: [maysa.correa66@gmail.com](mailto:maysa.correa66@gmail.com)

### **CÍNTIA SIQUEIRA ARAÚJO SOARES**

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

E-mail: [cintiasoares@ufmg.br](mailto:cintiasoares@ufmg.br)

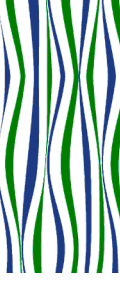
### **JOÃO ESTEVÃO BARBOSA NETO**

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

E-mail: [joaoestevaobn@face.ufmg.br](mailto:joaoestevaobn@face.ufmg.br)

### **RESUMO**

O objetivo deste artigo é analisar os condicionantes econômicos, políticos e tecnológicos relacionados à produção da informação contábil e fiscal dos municípios. Foram coletados dados dos 200 maiores municípios brasileiros e foi realizada uma regressão linear múltipla, tendo o índice de qualidade da informação contábil e fiscal como variável de resultado e como variáveis explicativas a complexidade econômica, dependência fiscal, qualificação do gestor, qualificação do servidor, transparência e acesso à internet. Os resultados demonstraram uma relação positiva e significativa das variáveis complexidade econômica, qualificação do servidor e transparência municipal. Portanto, conclui-se que a qualidade da informação contábil e fiscal dos municípios é condicionada por aspectos econômicos, políticos e tecnológicos. Acredita-se que o estudo contribui para a literatura nacional e internacional ao demonstrar novas tendências relacionadas à qualidade da informação contábil e fiscal e evidenciar os benefícios da produção de melhores demonstrativos contábeis e fiscais.



## AT7 – 41244: EMENDAS PARLAMENTARES EXECUTADAS NO AMAZONAS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

### IVIA LOPES DE OLIVEIRA

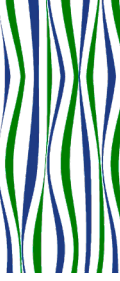
Universidade do Estado Amazonas – UEA  
E-mail: [ildo.cic20@uea.edu.br](mailto:ildo.cic20@uea.edu.br)

### LEANDRO MARCONDES CARNEIRO

Universidade do Estado do Amazonas – UEA  
E-mail: [lmccarneiro@uea.edu.br](mailto:lmccarneiro@uea.edu.br)

### RESUMO

As transferências intergovernamentais representam elemento central no federalismo fiscal. Dentre estas, as emendas parlamentares são motivos de amplo debate quanto à sua distribuição e execução. Estudos anteriores já avaliaram tais mecanismos em relação a incidentes de corrupção, impacto na vitória da coligação partidária, e ausência de critérios técnicos na distribuição. O projeto de pesquisa, portanto, pretende analisar descritivamente as emendas parlamentares (individuais e por bancada) destinadas ao Estado do Amazonas durante os exercícios dos anos de 2019 a 2021. Essa delimitação desenrola-se em função da maior necessidade de avaliar os valores e destinações de recursos para atendimento das demandas coletivas em virtude da pandemia de Covid-19. O estudo descritivo, com abordagem dedutiva e quantitativa utiliza método de pesquisa documental. Os dados foram obtidos por meio de buscas no Portal da Transparência e *site* da Câmara dos Deputados. Após a coleta, busca-se analisar o comportamento dessas emendas parlamentares nos períodos especificados e, por fim, avaliar a destinação dessas emendas. Espera-se contribuir com a literatura existente sobre emendas parlamentares e transferências voluntárias para os entes subnacionais (Estados e Municípios), bem como contribuir com o acompanhamento e fiscalização dos gastos públicos.



## AT7 – 41234: O PROCESSO DE DIFUSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GOVERNO ABERTO: UMA ANÁLISE DE PAÍSES MEMBROS DA OGP

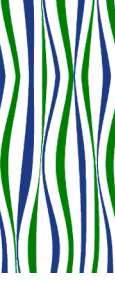
**NILTON OLIVEIRA DA SILVA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: niltonos2@gmail.com

### RESUMO

A globalização e internacionalização de políticas trouxe a necessidade de informações precisas e claras. Diversos países têm adotado políticas de dados aberto para atender as necessidades de sociedade. O presente estudo tem como objetivo demonstrar o processo de difusão das políticas públicas de governo aberto. Foram considerados dados da Open Government Partnership (OGP), iniciativa criada por oito países inovadores no ano de 2011 que tem como missão ampliar a transparência, combate à corrupção e uso de novas tecnologias para governança. Foi realizada uma análise de sobrevivência pela regressão cox no recorte temporal de 2011 a 2020 entre os países adotantes e não adotantes. Os resultados permitiram o entendimento de ação coordenada no continente europeu nos dois primeiros anos de difusão da política pública de dados abertos. Conclui-se que a dimensão institucional é bem presente na difusão de tais políticas públicas.



## AT7 – 41224: A PANDEMIA DO COVID-19 E AS RECEITAS PÚBLICAS

### LUANNA ANDRADE GUIMARÃES

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [gmsrluanna@gmail.com](mailto:gmsrluanna@gmail.com)

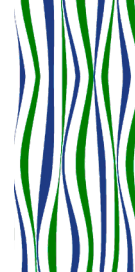
### MARCELO DRIEMEYER WILBERT

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [marcelodw@unb.br](mailto:marcelodw@unb.br)

### RESUMO

Em decorrência da proliferação da Covid-19, foram adotadas medidas de isolamento social. Essas medidas impactaram negativamente na economia, uma vez que causaram redução da atividade econômica, conseqüentemente redução da arrecadação das receitas tributárias e da condição financeira dos estados brasileiros. O objetivo deste trabalho foi analisar o comportamento das principais receitas tributárias da União e dos Estados nos anos de 2020 e 2021. O método adotado foi a de análise estatística descritiva, sendo os dados principais coletados no portal da SRF e Confaz. O resultado obtido demonstra uma queda significativa para a arrecadação das principais receitas tributárias durante os primeiros meses de 2020, por conta da pandemia, e um aumento a partir de fevereiro de 2021 e obteve valores semelhantes ou superiores com relação a 2019.



## AT7-41235: JULGAMENTO E TOMADA DE DECISÕES DE CONTADORES NO SETOR PÚBLICO

### EZEQUIEL NUNES PACHECO

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT  
E-mail: [ezequiel@unemat.br](mailto:ezequiel@unemat.br)

### CLOVIS ANTONIO KRONBAUER

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS  
E-mail: [clovisk@unisinobr](mailto:clovisk@unisinobr)

### ERNANI OTT

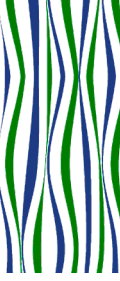
Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS  
E-mail: [ernani@unisinobr](mailto:ernani@unisinobr)

### VILMAR SECUNDINA DANTAS

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT  
E-mail: [vilmardantas@unemat.br](mailto:vilmardantas@unemat.br)

### RESUMO

Esta pesquisa teve o objetivo de analisar como o Julgamento e Tomada de Decisão dos contadores em entidades do setor público é influenciado por aspectos do indivíduo, da tarefa e as pressões institucionais na implementação de normas relacionadas aos procedimentos de incorporação, depreciação e baixa de bens móveis e imóveis. A pesquisa se caracteriza como qualitativa e descritiva. Foram realizados dois grupos focais e 20 entrevistas com contadores que atuam em entidades do setor público da esfera municipal, estadual e federal, considerando como temáticas os aspectos do indivíduo, da tarefa e pressões institucionais. Os dados dessa pesquisa foram analisados com auxílio do *software on-line happyscribe* e do *software IRAMUTEC*. Após o agrupando em categorias conforme os pressupostos teóricos da Teoria Institucional e da Racionalidade Limitada, utilizou-se o método da nuvem de palavras e a análise de similitude, que agrupa as palavras e as organiza graficamente em função da sua frequência. Os resultados apontaram como influencia o conhecimento e experiência; forma de apresentação, complexidade e risco; e as pressões institucionais coercitivas, normativa e mimética no JDM dos contadores na implementação dos procedimentos de incorporação, depreciação e baixa de bens móveis.



## AT7-41119:FATORES EXPLICATIVOS DA ADOÇÃO DAS IPSAS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

### **MAYSA ALVES CORREA SILVA**

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
E-mail: [maysa.correa66@gmail.com](mailto:maysa.correa66@gmail.com)

### **ANTÔNIO CARLOS BRUNOZI JÚNIOR**

Universidade Federal de Viçosa – UFV  
E-mail: [acbrunozi@yahoo.com.br](mailto:acbrunozi@yahoo.com.br)

### **RODRIGO SILVA DINIZ LEROY**

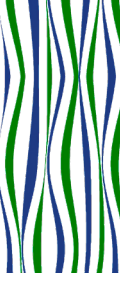
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES  
E-mail: [rodrigo.leroy@ufes.br](mailto:rodrigo.leroy@ufes.br)

### **CÍNTIA SIQUEIRA ARAÚJO SOARES**

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
E-mail: [cintiasoares@ufmg.br](mailto:cintiasoares@ufmg.br)

## RESUMO

O objetivo deste estudo consiste em analisar a influência dos aspectos econômicos, financeiros, sociais, políticos e tecnológicos no estágio de adoção das IPSAS nos maiores municípios brasileiros. Baseado na Teoria Institucional, realizou-se a construção de um índice de estágio de adoção das IPSAS (IEIPSAS) e foi possível quantificar o nível de adoção das normas nos municípios do país. Posteriormente, aplicou-se uma regressão linear múltipla a fim de verificar a relação dos fatores econômicos, financeiros, sociais, políticos e tecnológicos com o IEIPSAS. Os resultados foram indicativos de que o processo de adoção das IPSAS nos maiores municípios brasileiros ainda é gradativo e incompleto. A maturidade da institucionalização é diversa nos municípios devido aos fatores internos e externos que os permeiam. Constatou-se que não necessariamente os maiores municípios e “mais educados” são os mais adotantes das IPSAS, mas sim, aqueles com maior valor agregado, PIB, mais governança e qualidade informacional anterior. Um ambiente institucional, formal e informal, mais favorável aos municípios parece torná-los mais aptos a adotar as IPSAS, com tendências a melhorarem sua transparência contábil.



## **AT7–41191:IMPACTO DA PROJEÇÃO PREVIDENCIÁRIA CEARENSE À RAZÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA POR MODELO DE KOYCK**

### **FRANCISCO WILSON FERREIRA DA SILVA**

Universidade Federal do Ceará – UFC

E-mail: francisco.silva.tce.ce@gmail.com

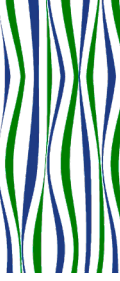
### **RAIMUNDO EDUARDO SILVEIRA FONTENELE**

Universidade Federal do Ceará – UFC

E-mail: duardo@ufc.br

### **RESUMO**

A Previdência é uma instituição que gere recursos vultosos, de natureza tributária, que requer instrumentos de gerenciamento dado a sua incapacidade de geri-los, em transações que podem afetar a sua solvência, pressuposto da Teoria da Dependência de Recursos. Atualmente, os entes federativos (nacionais e internacionais) lidam com a questão da sustentabilidade previdenciária, principalmente quanto à evidenciação do passivo previdenciário nas demonstrações contábeis e instrumentos de controle contábil e fiscal. No estado do Ceará, com três regimes de previdência: previdenciário (servidores jovens), financeiros (servidores caducos) e militares, registram-se superávit na massa nova, mas na outras duas o déficit previdenciário importa em cerca de R\$ 70 bilhões, o que se legou a indagar: nos próximos 20 anos, qual será o impacto dessa despesa (anual) nas contas públicas do Estado? Para respondê-la, investigou-se o valor da projeção do resultado previdenciário, contidos nos demonstrativos atuariais e financeiros encaminhados ao Ministério da Previdência, e o confrontamos com os valores da previsão da receita corrente líquida (série histórica 2000-2021), utilizando modelo de regressão bivariada (Modelo de Koyck). Os achados da pesquisa possibilitaram constatar que o comprometimento da razão Passivo Previdenciário (PP) / Receita Corrente Líquida (RCL) será entre os anos de 2024 (em 2 anos) a 2031, em média de 8% (em razão da implementação das condições de aposentadoria de vários servidores), alto impacto nas políticas públicas, mas que o Estado se vê obrigado a pagar, por meio de aportes financeiros, por não ter capitalizado recursos no período laboral. Após esse período, a razão diminui até 4% (em 20 anos), pois a Corte atual de servidores sucumbirá (falecerá), a partir do ano 2032 em cerca de 1% a.a.



## **AT7-41184: O CAOS, A COMPLEXIDADE E A CONTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO: REFLEXOS DA PANDEMIA DE COVID 19 NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS APLICADOS AO SETOR PÚBLICO**

### **JOSELITA ANUNCIÇÃO SANTOS**

Universidade Federal do Paraná – UFPR  
E-mail: [joselita26santos12@gmail.com](mailto:joselita26santos12@gmail.com)

### **JOÃO VICTOR LUCAS**

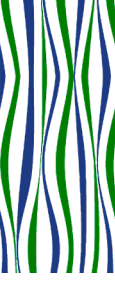
Universidade Federal do Paraná – UFPR  
E-mail: [jvlucas@ufpr.br](mailto:jvlucas@ufpr.br)

### **BLÊNIO CÉSAR SEVERO PEIXE**

Universidade Federal do Paraná – UFPR  
E-mail: [bleniocsp@gmail.com](mailto:bleniocsp@gmail.com)

### **RESUMO**

Este estudo objetivou verificar de que forma a Pandemia do Covid-19 impactou as demonstrações contábeis dos entes estaduais brasileiros em 2020, partindo do fundamento das Teorias do Caos e da Complexidade. Incomensuráveis são os impactos que essa pandemia tem desencadeado às nações de todo o mundo, apresentando-se como um dos maiores desafios sanitários deste século e repercutindo de forma significativa na economia, nas relações sociais e, inevitavelmente, na saúde pública. Quanto ao método de pesquisa foi agrupada em três categorias: quanto aos objetivos, descritiva; quanto aos procedimentos, documental e bibliográfica; e, quanto à abordagem do problema, qualitativa. A amostra é intencional, composta pelos 26 estados brasileiros e o Distrito Federal. Os dados levantados foram analisados e interpretados por meio da análise de conteúdo. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público, como parte integrante desse sistema, precisou remodelar o seu papel como mecanismo gerador de informações em meio ao cenário pautado pela turbulência e complexidade. A análise dos relatórios destacou que os entes estaduais adotaram medidas excepcionais e mecanismos capazes de facilitar o processo de auto-organização em um cenário de desordem. O estudo concluiu que a divulgação das informações contábeis se limitou aos aspectos financeiros e orçamentários.



## **AT7–41136: PRA BOM ENTENDEDOR, MEIA PALAVRA BASTA? LEGIBILIDADE DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO**

### **MARIANA AZEVEDO ALVES**

Universidade Federal Fluminense – UFF  
E-mail: [a.marianaazevedo@gmail.com](mailto:a.marianaazevedo@gmail.com)

### **MARIANA PEREIRA BONFIM**

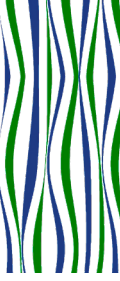
Universidade Federal Fluminense – UFF  
E-mail: [marianabonfim@id.uff.br](mailto:marianabonfim@id.uff.br)

### **CÉSAR AUGUSTO TIBÚRCIO SILVA**

Universidade de Brasília – UnB  
E-mail: [cesartiburcio@unb.br](mailto:cesartiburcio@unb.br)

### **RESUMO**

O objetivo da pesquisa foi verificar como o julgamento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre os Relatórios de Gestão entregues por instituições federais ao longo dos anos influencia na legibilidade dos mesmos. Para isso, foram analisados 3.720 relatórios, emitidos por 930 instituições, entre os exercícios financeiros de 2016 a 2019. A legibilidade foi calculada a partir do índice de Flesch, e outros testes foram realizados como testes de médias, medidas de relacionamento por correlação, cálculo de regressão linear múltipla e regressão quantílica. Os resultados apontam que a legibilidade é diferente entre instituições com contas julgadas e ao longo do tempo: a métrica piora com o tempo e foram encontradas diferenças significativas entre a legibilidade dos relatórios julgados e não julgados, indicando relação negativa entre a legibilidade dos relatórios e a realização de seu julgamento pelo TCU. Os achados reforçam a necessidade de explorar as características lexicais das divulgações corporativas, como sendo uma forma de avaliação da usabilidade e qualidade dos relatórios divulgados como forma de prestação de contas com os interessados



## **AT7-41157: FOLLOW-UP DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU AO BALANÇO GERAL DA UNIÃO**

### **VITÓRIA PAIVA DE SOUZA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [vitoriapaiva1020@outlook.com](mailto:vitoriapaiva1020@outlook.com)

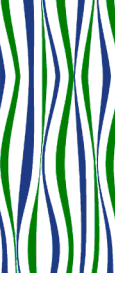
### **ABIMAEI DE JESUS BARROS COSTA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [acosta@unb.br](mailto:acosta@unb.br)

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo analisar o *follow-up* das recomendações do Tribunal de Contas da União ao Balanço Geral da União em observância aos critérios contábeis previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público através das deliberações realizadas pelo TCU referente à implementação das IPSAS no Brasil. Para isso, foram classificadas segundo a natureza das informações as ressalvas do relatório referente às contas da presidência relativo ao período de 2016 a 2020 em comparação às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público estabelecidas no MCASP, averiguando posteriormente o nível de atendimento das recomendações feitas pelo TCU à administração pública. Os resultados do estudo mostram que há um nível elevado (43%) de atendimento às recomendações logo no exercício posterior ao da publicação. As principais distorções apontadas pelo TCU relacionam-se ao ativo não circulante, impactando em dados que não refletem a real situação do BGU, mas cerca de 84% dessas deliberações são avaliadas como em processo ou inteiramente implementadas já no exercício posterior ao da solicitação. Os achados do estudo mostram que há um alto nível de atendimento às deliberações destacadas, implicando no aprimoramento do tratamento da convergência às normas internacionais após a reforma contábil no setor público.



## AT7-41173: LA REGULACIÓN CONTABLE SOBRE LOS ACTIVOS DE INFRAESTRUCTURA EN LATINO AMERICA

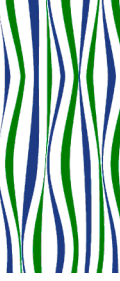
**MICHAEL ANDRÉS DÍAZ JIMÉNEZ**

Universidad Nacional de Colombia

E-mail: [madijaz@unal.edu.com](mailto:madijaz@unal.edu.com)

### RESUMO

Las reformas a la contabilidad gubernamental en Latinoamérica impulsadas por la implementación de la Nueva Gestión Pública (NGP) han traído importantes desafíos para la regulación contable. Esto se debe, principalmente, a la aplicación de la contabilidad de devengo y, con esta, al reconocimiento y la medición contable de diferentes elementos en los estados financieros, incluidos los activos de infraestructura. Así, este texto tiene como objetivo sistematizar, analizar y comparar el marco normativo relacionado con el tratamiento contable de los activos de infraestructura en Colombia, Perú, Brasil y Chile luego de la armonización contable con las IPSAS. Para lograr esto, se utilizará el coeficiente de Jaccard, una herramienta metodológica que permite estimar el nivel de armonización formal entre dos regulaciones: la IPSAS 17 versus las normas contables nacionales relacionadas los activos de infraestructura; luego de esto, se realiza un contraste de los hallazgos. Los resultados muestran una mayor similitud en Brasil, mientras que Colombia reporta la más baja. Esto se puede interpretar que en Colombia se han propuesto lineamientos contables específicos, diferentes a los establecidos por el regulador internacional en relación con la contabilización de los activos de infraestructura.



## **AT7-41098: O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NOS GASTOS COM PESSOAL DOS MUNICÍPIOS BAIANOS**

### **IVANILTON AZEVEDO PEREIRA**

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

E-mail: [ivaniltonazevedo@hotmail.com](mailto:ivaniltonazevedo@hotmail.com)

### **FRANCISCO MARTON GLEUSON PINHEIRO**

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

E-mail: [martonpinheiro\\_ba@hotmail.com](mailto:martonpinheiro_ba@hotmail.com)

### **ROMILSON DO CARMO MOREIRA**

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

E-mail: [rcmoreira@uneb.br](mailto:rcmoreira@uneb.br)

### **RESUMO**

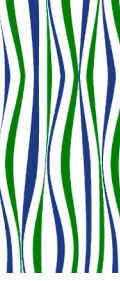
O objetivo deste estudo foi analisar o impacto da pandemia de Covid-19 nos gastos com pessoal do Poder Executivo dos municípios baianos. Em decorrência da pandemia de Covid-19, que impactou o mundo com sua rápida disseminação e contágio, com os primeiros casos registrados no Brasil em fevereiro de 2020, foram implantadas medidas sanitárias para conter o avanço da doença. Diversos órgãos públicos, principalmente da área da saúde, foram obrigados a adotar medidas excepcionais de caráter emergencial, como a contratação direta e imediata de pessoal para atuar frente às demandas geradas pela pandemia. Por outro lado, ocorreu a frustração da receita pública diante redução da atividade econômica. Mediante pesquisa exploratória, foram analisados dados quantitativos obtidos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). Os resultados indicaram que, durante os anos de pandemia, o gasto total com pessoal teve impacto negativo com aumento no descumprimento dos limites atribuídos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O estudo contribuiu por demonstrar os limites e possibilidades da gestão dos recursos públicos municipais em ambiente de incerteza e por indicar as particularidades relacionadas aos gastos com pessoal na Bahia

# **AT 8 – CONTABILIDADE E SOCIEDADE**

**COORDENADORA DE ÁREA – AT 8**

**PROF. DR. HENRIQUE PORTULHAK**

Doutor em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (2018). Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (2013). Bacharel em Ciências Contábeis (2009) e Especialista em Controladoria pela Universidade Federal do Paraná (2011). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná. Possui experiência profissional em organizações públicas e privadas. Atua na área de pesquisa de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Interesse em pesquisas sobre os temas: Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor, Valor Público, Avaliação de Desempenho, Gestão Pública e no Terceiro Setor, Gestão em Saúde e Serviços Compartilhados.



## **AT8 – 41111: OS IMPACTOS FINANCEIROS DA EXCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA VAREJISTA**

### **MILLENA NASCIMENTO DE ARAUJO**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: millenanasaraujo@gmail.com

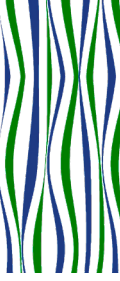
### **HELDER KIYOSHI KASHIWAKURA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: hkiyoshi@yahoo.com.br

### **RESUMO**

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o impacto da exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins, no segmento varejista, conforme previsto na RE 574.706, aplicando o benefício fiscal para reduzir a carga tributária, com base nas boas práticas contábeis. Para isso foram feitas análises tributárias em um restaurante localizado no Distrito Federal, tributado pelo Simples Nacional. A apuração levou em consideração a aplicação tributária dos produtos por NCM, separando as receitas em Receita com Substituição Tributária e Sem Substituição Tributária. Para verificar o impacto da RE 574.706 na tributação foram comparados as contribuições e os encargos totais da empresa, apurados pelo Simples Nacional e pelo Lucro Presumido com a aplicação da exclusão do ICMS na base das contribuições. Chegou-se à conclusão de que a tributação pelo Lucro presumido não é vantajosa para a empresa, apesar da exclusão do ICMS da base. A empresa tem no Simples Nacional uma economia tributária de R\$ 63.622,55 em 2021.



## IC – AT8 – 41113: *CLIMATE-SMART AGRICULTURE* NA REGIÃO DO PISF: VIABILIDADE E OPORTUNIDADES

### **MARIA JOSÉ DOS REIS LISBOA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [mariajr.lisboa@gmail.com](mailto:mariajr.lisboa@gmail.com)

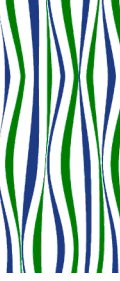
### **KRISLEY MENDES**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [krisley@unb.br](mailto:krisley@unb.br)

### **RESUMO**

A transposição ocorrida a partir do Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF) demanda por pesquisas e políticas públicas capazes de proporcionar o desenvolvimento regional e a boa administração dos recursos hídricos. O aumento da população mundial e da produção de alimentos, associados às mudanças climáticas, fazem da aquaponia uma atividade econômica promissora. A atividade – que associa produção alimentar com reduzido dispêndio de água – atende aos padrões de sustentabilidade da Climate Smart Agriculture (CSA), o que a faz alvo de crescente interesse internacional. Este artigo analisa a viabilidade econômica de uma unidade de aquaponia no município de Cabrobó, em Pernambuco, que compõe a região do PISF. A hipótese é que a atividade possa ser uma alternativa de geração de receitas e provisão na região. Para isso foram utilizados procedimentos de avaliação de projetos de investimentos associados a diferentes técnicas de coleta de informações. A metodologia se pautou pela definição dos fluxos incrementais, dos custos de oportunidade e dos efeitos fiscais da atividade. Os resultados da pesquisa mostram que a atividade apresenta viabilidade econômica sob os diferentes critérios financeiros aplicados. A aquaponia é, portanto, capaz de gerar renda e produção alimentar na região, confirmando a hipótese da pesquisa.



## **AT8 – 41146: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA SOBRE MENSURAÇÃO DO DANO AMBIENTAL NOS PRINCIPAIS PERIÓDICOS INTERNACIONAIS**

### **PAULO HENRIQUE VIEIRA GOMES**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [phgomes@live.com](mailto:phgomes@live.com)

### **MARIA DO ROSÁRIO DA SILVA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [anaiscggunb@gmail.com](mailto:anaiscggunb@gmail.com)

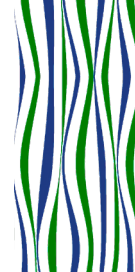
### **FÁTIMA DE SOUZA FREIRE**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [ffreire@unb.br](mailto:ffreire@unb.br)

### **RESUMO**

Este estudo buscou identificar os elementos que descrevem o perfil das publicações científicas sobre mensuração do dano ambiental nos principais periódicos internacionais, no período de 1972 a 2021. Sendo assim, realizou-se uma pesquisa empregando o método bibliométrico, cujos artigos foram coletados da base de dados Scopus®. Para tanto, realizou-se uma pesquisa mista, exploratório-descritiva e método bibliométrico, cujos dados foram coletados da base Scopus. Os principais resultados mostram uma grande variância e dispersão dos dados quanto a quantidade de autores e suas respectivas publicações e citações, refutando a teoria de Lotka, que afirma que pesquisadores de maior prestígio tendem a produzir mais, entretanto, confirma-se a aplicação dessa teoria, confirmando-se ainda a hipótese da teoria de Bradford, a partir da estimativa do nível de relevância de periódicos e área do conhecimento quanto ao Dano Ambiental, que apresentou uma relação constante de ocorrência no contexto teórico da Ciência. Quanto aos países que mais pesquisam sobre o tema, identificou-se Estados Unidos (21,1% das publicações) e China (12,2% das publicações), os quais juntos representam um terço de produção científica mundial sobre mensuração ambiental. Tal achado se correlaciona com os resultados dos pesquisadores mais proficientes da área. Em relação às Palavras-Chaves, foi possível identificar os termos dão suporte a pesquisadores que se remetem a estudos voltados ao tema desenvolvimento sustentável, como principal contextualização que se insere a temática dos estudos analisados, assim como o processo em si de mensuração do dano ambiental.



## **AT8 – 41252: EXISTE A (DES)IGUALDADE SALARIAL, GÊNERO E RAÇA NA PROFISSÃO CONTÁBIL? UM ESTUDO NO NORTE DO BRASIL**

### **CRISTIANE TEIXEIRA DA SILVA**

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

E-mail: [crisiane.silva26@gmail.com](mailto:crisiane.silva26@gmail.com)

### **CAROLINE DA SILVA**

Universidade Regional de Blumenau - FURB

E-mail: [carolinesilvactb@gmail.com](mailto:carolinesilvactb@gmail.com)

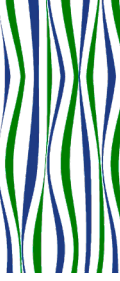
### **MÁRCIA ZANIEVICZ DA SILVA**

Universidade Regional de Blumenau - FURB

E-mail: [mzsilva@furb.br](mailto:mzsilva@furb.br)

### **RESUMO**

O estudo tem como objetivo avaliar a igualdade salarial de gênero e raça na profissão contábil no Norte do Brasil. A abordagem é quantitativa e documental, a amostra dessa pesquisa consiste em profissionais contábeis da região Norte do Brasil. Observou-se 32.252 informações coletadas na base de dados CAGED, analisados no período de 2014 à 2018. Quanto a análise, foi conduzida por meio da técnica de correspondência múltipla, com foco na análise de homogeneidade HOMALS, com o *software* SPSS. A pesquisa supre a necessidade de expandir a literatura sobre diversidade de raça e gênero no Brasil, ainda mais por focar em uma região pouco explorada. Desse modo, a relevância em estudar esse fenômeno do “teto de vidro” em uma profissão significativa e que contribui para a economia local e nacional do país. Os resultados confirmam a existência do efeito do fenômeno “teto de vidro”, pois as mulheres não conseguem alcançar cargos superiores na área contábil, sendo predominante as mulheres negras em cargos inferiores, como auxiliar contábil e os homens ocupam cargos mais elevados na hierarquia, como os contadores. Além disso, a escolha pela região, apontou novas evidências em relação a um contexto tão diverso, no entanto ainda preso em amarras negativas de efeito social, cultural e humano.



## 41251: IMPACTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS DECORRENTES DOS CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO DA IFRS 16 EM COMPANHIAS AÉREAS

### **ANNANDA PAOLA NUNES SANTOS**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [annandapnunes@gmail.com](mailto:annandapnunes@gmail.com)

### **JOÃO CARLOS GONÇALVES**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [joca.goncalves@yahoo.com.br](mailto:joca.goncalves@yahoo.com.br)

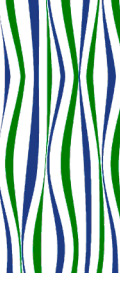
### **JORGE KATSUMI NIYAMA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [jkatsumi@unb.br](mailto:jkatsumi@unb.br)

### **RESUMO**

O estudo teve como objetivo analisar comparativamente antes e após a adoção, os impactos do IFRS 16 nas demonstrações contábeis de companhias aéreas. Para isso, a metodologia adotada nesta pesquisa é descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa. Com a finalidade de identificar os impactos introduzidos pela norma, foram analisados balanços patrimoniais, demonstrações de resultados e notas explicativas de 43 companhias aéreas pelo período de 2017 a 2020 que permitem comparar dois anos antes e após a adoção da norma. Em seguida, foram calculados dez indicadores econômicos e financeiros que poderiam ser impactados pelas mudanças introduzidas pela nova forma de contabilização de arrendamentos pelas empresas arrendatárias. Com esse estudo, concluiu-se que os indicadores econômicos e financeiros das companhias aéreas foram impactados pela norma, onde ocorreu a diminuição dos indicadores de liquidez corrente, de liquidez geral e do giro do ativo e do retorno sobre ativo, enquanto houve o aumento do endividamento, da imobilização do patrimônio líquido, do EBITDA e da participação das obrigações de *leasing* a longo prazo sobre passivo total, do direito de uso sobre ativo total e do direito de uso sobre imobilizado



## **AT8 – 41232: SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL: RELAÇÃO ENTRE TARIFA E CUSTO**

### **DANIEL RODRIGUES DA SILVA SOUSA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [danielrsousa2212@gmail.com](mailto:danielrsousa2212@gmail.com)

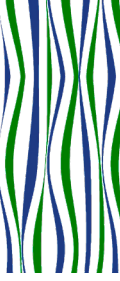
### **MARCELO DRIEMEYER WILBERT**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [marcelodw@unb.br](mailto:marcelodw@unb.br)

### **RESUMO**

O saneamento básico abrange ações como o tratamento da água, a coleta de lixo e o tratamento do esgoto coletado a fim de promover o bem estar da população. É importante que haja a sustentabilidade econômico-financeira das empresas prestadoras desse serviço público. Assim, o objetivo do presente trabalho é avaliar a sustentabilidade econômica do saneamento básico nos municípios brasileiros. Os dados referentes às tarifas e aos custos do saneamento básico foram levantados para os municípios brasileiros, contemplando os dados de 2020 para municípios acima de 25 mil habitantes. Analisou-se por meio de estatística descritiva a relação entre tarifa e custo por região, por tipo de administração da empresa de saneamento e em relação ao tamanho do município. Constatou-se que os municípios da região Sul possuem a maior relação tarifa/custo de abastecimento de água e esgotamento sanitário, representando uma situação superavitária na média, diferente das demais regiões do país. Em relação ao tipo de administração, observou-se que a administração privada apresentou situação melhor sustentabilidade econômica do que a administração pública. E por fim, os municípios de menor porte sugerem maiores desafios quanto à sustentabilidade econômica dos serviços de saneamento básico.



## **AT8 – 41230: ICMS SOBRE COMBUSTÍVEIS E INFLAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS CRESCIMENTOS OBSERVADOS ATRAVÉS DA CORRELAÇÃO DE PEARSON**

### **CARLA RAQUEL ALMEIDA MIRANDA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [cra.miranda@hotmail.com](mailto:cra.miranda@hotmail.com)

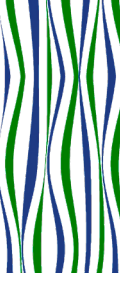
### **EDMILSON SOARES CAMPOS**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [edmscampos@yahoo.com.br](mailto:edmscampos@yahoo.com.br)

### **RESUMO**

O presente estudo teve como principal objetivo analisar como o crescimento entre a arrecadação de ICMS sobre os combustíveis e a inflação estão relacionados através da correlação de Pearson. Visando mapear a associação entre as variáveis, a princípio foi realizada análise nas legislações estaduais, em busca das alíquotas de ICMS estabelecidas pelos estados. Além disso, foram analisadas as metas de inflação, arrecadação estadual de ICMS sobre combustíveis, preços de negociação de petróleo Brent e de revenda de gasolina tipo A nos postos espalhados pelo Brasil. Os dados coletados foram organizados em planilhas de Excel e sobre estes foi aplicada a fórmula para obtenção da correlação de Pearson. Também foram geradas matrizes de correlação entre todos os dados coletados, divididos em anos. A partir das análises realizadas foi possível concluir que a correlação entre a arrecadação de ICMS sobre combustíveis não obteve coeficiente forte entre 2018 e 2020. Entretanto, em 2021 o resultado obtido foi de um coeficiente de correlação forte, evidenciando que os dados coletados se comportam de maneira semelhante neste ano. Esta pesquisa pretendeu colaborar com a literatura sobre a relação entre os impostos cobrados sobre o consumo e o aumento da inflação no Brasil, e servir de auxílio para pesquisadores que futuramente se interessem pelo assunto



## **AT8 – 41216: HERITAGE ASSETS: MÉTODOS DE VALORAÇÃO EM MUSEUS**

### **ISABELLE CAROLINE BEVILAQUA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: isa.carolbevilaqua@gmail.com

### **EDILSON BEZERRA DA SILVA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: edilsonbs@outlook.com

### **FÁTIMA DE SOUZA FREIRE**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: ffreire@unb.br

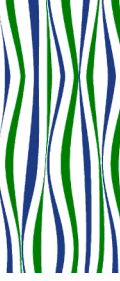
### **JORGE MADEIRA NOGUEIRA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: jmn0702@unb.br

## **RESUMO**

O objetivo do artigo foi identificar as práticas adotadas para valoração de museus sob a perspectiva da contabilidade, através de uma revisão da literatura de artigos selecionados na base de dados Web Of Science. Após o tratamento dos dados com os temas de interesse, a amostra final foi de 25 artigos, os quais foram analisados na íntegra. Os resultados indicam que os museus e os objetos de compõem seu acervo são valorados por diversos métodos, tais como valoração contingente, custo de viagem, custo histórico, valor de mercado e valor justo, dentre outros. Em todos os museus analisados, em alguma medida, o método de valoração contingente foi utilizado. Adicionalmente, mesmo com a complexidade que envolve a valoração de um museu, dados seus contextos históricos, culturais e sociais, foi possível perceber que os métodos de valor de mercado são usados quando há um mercado ativo, tais como objetos em leilão, enquanto o método de valoração contingente é preferido quando não há um mercado ativo para o bem e se trata de patrimônio cultural



## AT8 – 41163: DESONESTIDADE ACADÊMICA: MOTIVAÇÕES DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

### **ALOÍSIO VENTURA DOS SANTOS NETO**

Universidade Federal Fluminense – UFF

E-mail: [aloisioventura@id.uff.br](mailto:aloisioventura@id.uff.br)

### **MARIANA PEREIRA BONFIM**

Universidade Federal Fluminense – UFF

E-mail: [marianabonfim@id.uff.br](mailto:marianabonfim@id.uff.br)

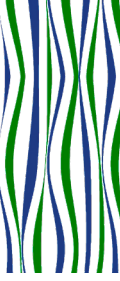
### **CÉSAR AUGUSTO TIBÚRCIO SILVA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [cesaraugustotiburciosilva@gmail.com](mailto:cesaraugustotiburciosilva@gmail.com)

### **RESUMO**

Um dos grandes desafios da educação é a desonestidade acadêmica, pois é nas escolas onde o indivíduo cria a noção de honestidade e suas consequências comprometem a integridade da instituição e a conduta dos alunos. Assim, buscou-se compreender a ocorrência da desonestidade acadêmica, em estudantes universitários de Ciências Contábeis, para identificar suas principais motivações através de um questionário com 83 estudantes do Rio de Janeiro. Os resultados deste estudo indicam que a idade e o gênero pouco influenciam na desonestidade, enquanto o período que os alunos estão cursando possui influência; ou seja, quanto maior o tempo de permanência, maior a desonestidade. Destaca-se também que os alunos confessaram ter visto mais atos desonestos, do que de fato praticaram, o que demonstra que é mais fácil admitir que já viu outras pessoas serem desonestas do que confessar a própria desonestidade. As maiores motivações para a desonestidade foram a necessidade tirar boas notas, o medo de ser reprovado, a falta de entendimento sobre o conteúdo e a metodologia utilizada pelo professor. Esta pesquisa contribui para a literatura, pois identifica quais são as principais motivações dos alunos para cometerem atos desonestos, auxiliando os professores e a universidade para diminuir tais comportamentos.



## **AT8 – 41210: CONCEITOS DE INSUMOS PARA FINS DE CREDITAMENTO DE PIS E COFINS SOB A SISTEMÁTICA DA NÃO-CUMULATIVIDADE**

### **AMANDA CRISÓSTOMO LOPES GOMES**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [amandaramery12@gmail.com](mailto:amandaramery12@gmail.com)

### **CLESIA CAMILO PEREIRA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [clesia@unb.br](mailto:clesia@unb.br)

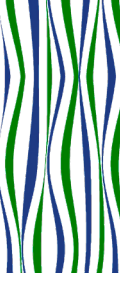
### **ALEX LAQUIS RESENDE**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [laquis@unb.br](mailto:laquis@unb.br)

### **RESUMO**

O conceito de insumo para fins de utilização do crédito tributário de PIS e Cofins, sob a sistemática não-cumulativa, no artigo 3º, inciso II, das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, é o tema de uma das principais contradições do sistema tributário brasileiro devido a vacância do termo na legislação das contribuições. As discussões entre Fisco e contribuinte se deram na publicação das Instruções Normativas n.ºs 247/2002 e a 404/2004, situação que a Receita Federal equiparou o conceito de insumo do PIS/Cofins ao do IPI. Por meio de recursos, o tema chegou à esfera administrativa do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e à judicial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, após anos de oscilações de entendimento, atualmente adotam a posição intermediária, o conceito de insumo é relacional, e subjetivo, ao processo produtivo, tendo como critério a essencialidade e relevância do item. Este estudo tem por objetivo mapear as diversas discussões, revisitando os conceitos de insumo nas esferas contábil, administrativa, e judicial, sob a discussão do direito a crédito na legislação das contribuições de PIS/Cofins. Desenvolvido em estrutura de ensaio teórico, procura contribuir para essa discussão, haja vista que embora exista um conceito contábil de insumo, o profissional da área deve estar atento à evolução do entendimento nas áreas correlatas que impactam e complementam a sua função.



## **AT8 – 41170: PERCEPÇÃO DE CONTADORES E ATUÁRIOS SOBRE NORMAS CONTÁBEIS APLICADAS AOS FUNDOS DE PENSÃO**

### **KRISLLEN MIRANDA SILVA**

Universidade Federal do Ceará – UFC

E-mail: krisllensilvas@gmail.com

### **ABIMAEI DE JESUS BARROS COSTA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: acosta@unb.br

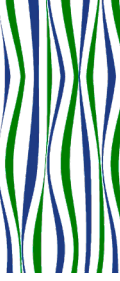
### **DUCINELI RÉGIS BOTELHO**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: ducineli@unb.br

### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo analisar qual a perspectiva dos contadores e atuários de fundos de pensão em relação ao uso e à aplicabilidade das normas contábeis brasileiras e internacionais relacionadas a essas entidades. Além disso, no estudo foi observado quais são as normas mais utilizadas por profissionais dessa área e o motivo, tendo em vista a importância do setor diante do crescimento que a previdência complementar apresentou nos últimos anos. A metodologia foi baseada na análise das respostas obtidas a partir de questionário *online* aplicado aos profissionais que atuam em fundos de pensão, com a finalidade de realizar a observação do percentual de acerto e elencar quais as normas os profissionais têm mais conhecimento. Dessa forma, concluiu-se que os profissionais têm um elevado conhecimento a respeito das normas contábeis aplicadas a entidades fechadas de previdência complementar, ademais, infere-se que as normas mais utilizadas têm relação com o equacionamento de déficits de fundos de pensão, bem como a avaliação de ativos de investimentos. Por fim, a partir da análise dos resultados e das demonstrações contábeis de alguns fundos de pensão, chegou-se a conclusão que é preciso que os órgãos reguladores busquem um maior alinhamento e unidade na publicação de normas relacionadas às demonstrações contábeis de fundos de pensão.



## **AT8 – 41177: PRÁTICAS DE DIVULGAÇÃO CONTÁBIL POR COOPERATIVAS DE CRÉDITOS ATUANTES NO ESTADO DA BAHIA**

### **SAMARA SILVA DOS SANTOS**

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

E-mail: [samara.srta@gmail.com](mailto:samara.srta@gmail.com)

### **FRANCISCO MARTON GLEUSON PINHEIRO**

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

E-mail: [martonpinheiro\\_ba@hotmail.com](mailto:martonpinheiro_ba@hotmail.com)

### **RUBENS MARIO RIBEIRO PACHECO**

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

E-mail: [rubensmrpacheco@gmail.com](mailto:rubensmrpacheco@gmail.com)

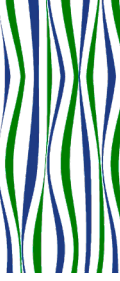
### **JORGE ADRIANO FERREIRA DE SOUZA**

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

E-mail: [jorgeadriano@hotmail.com](mailto:jorgeadriano@hotmail.com)

## **RESUMO**

O objetivo do estudo foi analisar as demonstrações contábeis das entidades cooperativas de crédito presentes no estado da Bahia, quanto à apresentação, estrutura, nomenclatura e evidenciação das informações face às determinações dos órgãos reguladores. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se como amostra as demonstrações contábeis publicadas por entidades cooperativas do ramo de crédito que atuam no estado da Bahia. Foram coletados os demonstrativos contábeis referentes aos exercícios de 2019, 2020 e 2021 publicados nos sites das cooperativas. Os resultados revelaram oscilação em termos de evidenciação nos informes contábeis das entidades, pois percebeu-se, por parte de duas cooperativas, a divulgação atendendo às práticas contábeis adotadas no Brasil e a evidenciação de informação com clareza para os usuários, ao passo que, em relação a uma cooperativa, foram constatados sinais de não atendimento integral em termos de evidenciação de informações requeridas e de promoção de transparência para os usuários da informação. Em razão da escassez de trabalhos sobre a temática, a pesquisa contribui por revelar como se dá a divulgação e evidenciação por parte das cooperativas de crédito.



## AT8 – 41187: ESG E A FUNÇÃO SOCIAL DAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA SOBRE AS TEORIAS CONTRATUALISTAS E INSTITUCIONAIS

### ÉRICO NEGRINI

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: ericopcf@gmail.com

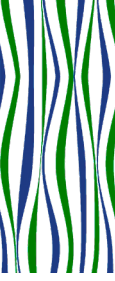
### DUCINELI RÉGIS BOTELHO

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: ducineli@unb.br

### RESUMO

O debate sobre o desenvolvimento sustentável do planeta ganhou nos últimos anos uma nova abordagem baseada na integração das dimensões Environmental, Social e Governance (ESG) nas estratégias corporativas. As teorias que explicam a função social das organizações possuem fundamentos conflitantes, o que pode explicar o porquê uma mesma empresa pode ser avaliada de formas diferentes em índices ESG. Neste estudo são apresentados os fundamentos das duas principais abordagens teóricas que explicam a função social da empresa e como elas se aplicam ao tema ESG: a contratualista e a institucional. Utilizou-se uma amostra de 73 empresas, em que foi analisado o viés teórico existente a partir da evidência de informações sobre compromissos com *stakeholders* em relatórios de sustentabilidade, com base nos padrões do Global Reporting Initiative (GRI). Os resultados confirmaram a hipótese de associação positiva do índice ESG com a evidência de relatórios de sustentabilidade, mas a evidência de informações sobre *stakeholders* não tornou essa associação mais forte. Esses resultados poderão auxiliar uma melhor compreensão sobre como as informações são evidenciadas nos relatórios contábeis e utilizadas para fins de composição de métricas de índices, reduzindo a assimetria informacional para os usuários da informação contábil.



## **AT8 – 41199: A INFLUÊNCIA DO ENDIVIDAMENTO NA ADESÃO AO PARCELAMENTO ESPECIAL TRIBUTÁRIO**

### **ANDRÉ CESQUIM TOURINO**

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

E-mail: [atourino2@gmail.com](mailto:atourino2@gmail.com)

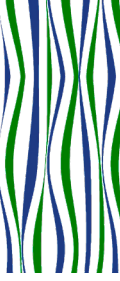
### **AMANDA GASPARGITY**

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

E-mail: [amandagasparcity@gmail.com](mailto:amandagasparcity@gmail.com)

### **RESUMO**

O objetivo deste estudo foi analisar se o nível de endividamento das empresas influencia na probabilidade de adesão aos programas de parcelamento tributário especiais e se a adesão a parcelamentos especiais aumenta a probabilidade de adesão a parcelamentos subsequentes. Foram analisados dados do período de 2008 a 2018 de empresas não financeiras listadas no Brasil, Bolsa, Balcão (B3), através de estatística descritiva, testes de diferenças entre as médias e de regressão logística. Foi constatado que as empresas que aderem aos parcelamentos possuem em média, maior nível de endividamento e indicadores financeiros piores que empresas que não aderem. Foi verificado ainda que a adesão a parcelamento especial modera positivamente a adesão a parcelamentos subsequentes. Os resultados sugerem que as empresas com maior endividamento verificam nos programas a possibilidade de equacionarem seu endividamento tributário, porém, com o achado de que a adesão ao parcelamento modera positivamente adesão a parcelamentos subsequentes possibilitando-se inferir que há uma tendência em renovação e manutenção do endividamento tributário, havendo portanto, possivelmente uma ineficiência de equacionamento da dívida através do parcelamento e de que há rolagem da dívida tributária por parte das empresas que aderem aos referidos programas.



## **AT8 – 41208: IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA ARRECAÇÃO DE ICMS E DE ISS NO DISTRITO FEDERAL**

### **CLESIA CAMILO PEREIRA**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [clesia@unb.br](mailto:clesia@unb.br)

### **NATHÁLIA DE CARVALHO TORRES**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [nathalia.torres17@outlook.com](mailto:nathalia.torres17@outlook.com)

### **MARCELO DRIEMEYER WILBERT**

Universidade de Brasília – UnB

E-mail: [marcelodw@unb.br](mailto:marcelodw@unb.br)

### **HÉLIO SABINO DE SÁ**

Secretaria de Estado de Economia do DF

E-mail: [heliosabinosa@gmail.com](mailto:heliosabinosa@gmail.com)

## **RESUMO**

A pesquisa visa trazer contribuições para a percepção, por parte da sociedade e do governo, das consequências da pandemia de Covid-19 na arrecadação DF. Trata-se de pesquisa explicativa e quali-quantitativa, com análise dos dados de arrecadação de ICMS e ISS de 2010 a 2021. Foram analisados os dados de arrecadação de ICMS e ISS por setor econômico, avaliando-se a variação real da arrecadação por setor e o seu peso relativo. Os resultados indicam que houve impacto na economia do Distrito Federal, mas que, apesar dela, a arrecadação de ICMS, principal fonte de receita tributária do Distrito Federal, cresceu 2,1% no ano de 2020 e 2,1% em 2021. Para o ICMS em 2020, as maiores quedas de arrecadação foram para os setores de combustíveis e veículos. Já a arrecadação de ISS sofreu queda de 9,8% em 2020 e crescimento de 8% em 2021, influenciadas fortemente pelos setores financeiro e de seguros e de outros serviços. Em 2020, as maiores quedas na arrecadação de ISS foram para os setores de diversões, hotelaria, organização de festas e eventos e turismo. Análises dessa natureza proporcionam subsídios para adoção de políticas públicas compensatórias e de fomento aos segmentos econômicos mais impactados, proporcionando efetividade na alocação de recursos públicos em programas e ações de estímulo econômico.